



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

GABRIELLA SERRANO BELTRÃO

**CAMINHADA SOLO**

histórias e vivências de mães que caminham sozinhas

GOIÂNIA

2025

**GABRIELLA SERRANO BELTRÃO**

**CAMINHADA SOLO**

histórias e vivências de mães que caminham sozinhas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte de requisitos para a obtenção de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Professora Ms. Maria Carolina Giliolli Goos

GOIÂNIA

2025

GABRIELLA SERRANO BELTRÃO

**CAMINHADA SOLO**

histórias e vivências de mães que caminham sozinhas

Data da Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Ma. Maria Carolina Giliolli Goos

---

Avaliadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Gabriella Luccianni de Moraes Souza Calaça

---

Avaliadora Prof.<sup>a</sup> Ma. Sabrina Moreira de Moraes Oliveira

GOIÂNIA

2025

Dedico este trabalho às mães que confiaram a mim suas histórias e memórias. Obrigada por entreabrirem as portas da vida e me permitirem conhecer os caminhos trilhados por vocês e por seus filhos. Levo comigo o que aprendi ao escutar seus relatos, marcados por resistência, força e amor.

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, com o coração cheio de gratidão, agradeço a Deus por me fortalecer em cada etapa desta jornada. O caminho não foi simples. Houve dias em que as dúvidas pesaram mais do que as certezas, e o medo parecia maior que a confiança. Mas foi na fé e nas orações que encontrei refúgio, coragem e a esperança de que tudo se cumpriria no tempo certo.

Agradeço com carinho a minha mãe e o meu padrasto pelo apoio constante e pela dedicação incansável ao longo de toda a minha trajetória. Sou profundamente grata pelos esforços que fizeram para que eu pudesse estudar e ter acesso às melhores oportunidades. Vocês me permitem sonhar e me lembram, todos os dias, que é possível chegar onde eu quiser. À minha família, meu sincero agradecimento por todo o amor, paciência e suporte que me acompanharam até aqui.

Não poderia deixar de mencionar, com um afeto especial, minhas amigas Lais e Nivia, que estiveram comigo nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Nossas conversas e tudo o que vivemos juntas tornaram essa jornada muito mais leve e significativa. Estendo esse agradecimento aos demais amigos que, de diferentes formas, contribuíram para que esse percurso fosse cheio de apoio e carinho. Obrigada por acreditarem em mim e caminharem ao meu lado.

Sou profundamente grata a todas as mulheres que aceitaram fazer parte deste trabalho. Tudo foi feito por vocês e para vocês. Foi uma honra imensa ouvir e conhecer cada uma dessas histórias. Suas trajetórias tocaram minha vida de um jeito que jamais vou esquecer, como jornalista e como pessoa.

Por fim, meu muito obrigada à minha orientadora, Profa. Maria Carolina Goos, por acreditar em mim e no meu trabalho desde o começo. Obrigada por caminhar ao meu lado com tanto compromisso, dedicação e generosidade. Sua paciência, sua escuta atenta e seu compromisso foram fundamentais em todo o processo. Foi um privilégio ter sido orientada com tanta maestria e sensibilidade.

*“Eu não serei livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas”.*

(Audre Lorde)

## RESUMO

Este trabalho propõe a criação de uma reportagem longform sobre a maternidade solo no Brasil, abordando temas como saúde mental, rede de apoio, autocuidado e políticas públicas. O objetivo é informar e sensibilizar o público sobre os desafios enfrentados por essas mulheres, valorizando suas vivências. Foram desenvolvidas quatro reportagens e quatro entrevistas perfil, que exploram as histórias das fontes por meio de uma narrativa comprometida com a escuta. A fundamentação teórica do trabalho aborda três eixos principais: a maternidade solo, discutida a partir de seus aspectos sociais, emocionais e políticos; o jornalismo literário, adotado como método de construção da longform; e o jornalismo digital, cujos elementos como multimídia, hipertextualidade e interatividade estruturam o formato da reportagem. Ao integrar teoria e prática, o trabalho resulta em um produto multimídia que proporciona uma experiência de leitura aprofundada e contribui para o debate sobre as múltiplas dimensões da maternidade solo no Brasil.

**Palavras-chave:** maternidade solo; jornalismo literário; reportagem longform; políticas públicas; saúde mental.

## ABSTRACT

This work proposes the creation of a longform report on solo motherhood in Brazil, addressing topics such as mental health, support networks, self-care, and public policies. The objective is to inform and raise awareness among the public about the challenges faced by these women, valuing their lived experiences. Four reports and four profile interviews were developed, exploring the sources' stories through a narrative committed to attentive listening. The theoretical framework of the work is structured around three main axes: solo motherhood, discussed through its social, emotional, and political aspects; literary journalism, adopted as the methodological foundation for constructing the longform piece; and digital journalism, whose elements, such as multimedia, hypertextuality, and interactivity, shape the report's format. By integrating theory and practice, this project results in a multimedia product that offers a deep reading experience and contributes to the discussion on the multiple dimensions of solo motherhood in Brazil.

**Keywords:** solo motherhood; literary journalism; longform; public policies; mental health.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1 DIREITOS DAS MULHERES E ARRANJOS FAMILIARES NO BRASIL</b>	<b>12</b>
1.1 Monoparentalidade	14
<b>2 O PERFIL DAS MÃES SOLO BRASILEIRAS</b>	<b>17</b>
<b>3 IMPORTÂNCIA DA REDE DE APOIO</b>	<b>20</b>
<b>4 MATERNAGEM, TRABALHO DE CUIDADO E DUPLA JORNADA</b>	<b>23</b>
4.1 Sobrecarga e saúde mental	25
<b>5 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MÃES SOLO</b>	<b>28</b>
5.1 Os projetos de lei brasileiros	31
5.2 Legislações e projetos em Goiás e em Goiânia	35
<b>6 O PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO</b>	<b>38</b>
<b>7 JORNALISMO LITERÁRIO</b>	<b>42</b>
7.1 New journalism	43
7.2 A estrela de sete pontas de Felipe Pena e as características do jornalismo literário	44
7.3 Jornalismo literário no Brasil	45
7.4 A relação entre jornalismo literário e reportagem longform	47
<b>8 JORNALISMO DIGITAL E REPORTAGEM LONGFORM</b>	<b>49</b>
8.1 Características da reportagem longform	55
<b>9 DESCRIÇÃO DO PRODUTO</b>	<b>56</b>
9.1 Estrutura da longform	56
9.2 Paleta de cores	59
9.3 Tipografia	60
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>73</b>
Apêndice A – Pauta da reportagem sobre políticas públicas e os direitos das mães solo	73
Apêndice B – Pauta da reportagem sobre saúde mental, rede de apoio e autocuidado	74

## INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o conceito de família tem se transformado, refletindo a diversidade de arranjos familiares presentes na sociedade brasileira. A Constituição de 1988 representou um marco ao reconhecer formalmente as famílias monoparentais, compostas por apenas um dos pais e seus filhos. Esse reconhecimento trouxe à tona questões sociais relevantes, como o aumento expressivo de famílias chefiadas por mães solo. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), indicam que 14,7% das famílias brasileiras eram monoparentais femininas em 2022, um percentual muito superior ao de famílias monoparentais masculinas, que representaram apenas 2,3%.

O termo técnico utilizado para descrever essa configuração familiar é “monoparentalidade feminina”. No entanto, na linguagem corrente, essas mulheres são frequentemente chamadas de mães solo, expressão adotada também pela Academia Brasileira de Letras para designar aquelas que assumem, de forma solitária, as responsabilidades financeiras, emocionais e afetivas pelo cuidado dos filhos. O número de mães solo no Brasil ultrapassava 11 milhões em 2022, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). Esse aumento, registrado especialmente entre mães solo negras (pretas e pardas), evidencia as desigualdades sociais e econômicas que estruturam a realidade dessas mulheres.

Nesse contexto, esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) propõe, por meio de uma reportagem *longform*, uma análise aprofundada da monoparentalidade feminina no Brasil, com foco nos aspectos psicossociais e nas histórias e jornadas vividas por essas mães. A escolha do tema se justifica pela sua relevância social e acadêmica, bem como pela necessidade de compreender os desafios enfrentados por esse grupo vulnerável, que vão desde a conciliação entre vida profissional e familiar até questões financeiras, emocionais e sociais. Ao explorar essas experiências, o trabalho busca não apenas expor uma realidade cotidiana, mas também promover o debate sobre o suporte social e governamental disponível para essas mulheres e a urgência de políticas públicas eficazes.

O trabalho se organiza em três eixos principais. Inicialmente, são explorados os desafios da monoparentalidade feminina no Brasil, incluindo o aumento das famílias com mães solo e as barreiras enfrentadas por essas mulheres na conciliação entre vida profissional e familiar. Em



**PUC  
GOIÁS**

icas públicas voltadas p  
estadual e municipal. .  
ara dar visibilidade a es  
enda a simples transmis  
ção de políticas públicas.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)



**ARRANJOS FAMILIARES**  
 Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

Durante o período colonial brasileiro até meados do século XX, o homem era legitimado como chefe de família, tendo então o poder disciplinar sobre os filhos e a mulher e refletindo uma hierarquia patriarcal estabelecida na sociedade.

Durante o Brasil Colônia, as mulheres estavam sujeitas ao poder disciplinar do pai. Ao se casar, tinham a obrigação de obedecer ao marido. À época, a legislação portuguesa trazida para o Brasil era constituída pelas Ordenações Filipinas (Código Filipino), que determinavam que as mulheres deveriam ser tuteladas nos atos da vida civil devido à “fraqueza de seu entender”. Sua incapacidade era suprida por seu marido, entendido como seu representante legal (PENA, 2008, p. 64).

Já no século XX, foi instituído o Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071) no Brasil, na contramão do avanço dos direitos das mulheres e reforçando a visão patriarcal da sociedade, ao manter as mulheres no rol das pessoas relativamente incapazes. O marido ainda exercia legalmente o pátrio poder, tendo poderes para a representação legal dos membros da família, administração dos bens, fixação de domicílio, autorização para o trabalho da mulher, entre outros. Mesmo com essas restrições, com a instituição do trabalho livre e a República no século XX, as mulheres passaram a compor o proletariado. Ainda assim, a presença feminina no mercado de trabalho não foi suficiente para reverter o quadro de subordinação que perdurava desde o período colonial (PENA, 1981 apud BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 132).

Além dessas disposições que limitavam a autonomia feminina, o Código Civil de 1916 trouxe à legislação brasileira a figura do desquite. Nestes casos, havia a separação de corpos já consentida e o casal se separava de fato, bem como era feita a partilha de bens. No entanto, não era possível casar-se novamente. Uma mudança significativa ocorreu em 1962 com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121), que revogou mais de 10 artigos do Código Civil de 1916. O advento da Lei do Divórcio (Lei nº 6.515) alterou o termo desquite para separação. Para se divorciar, porém, era necessário que se provasse a ruptura da vida em comum há mais de um ano consecutivo, assim como a impossibilidade de sua reconstituição.



**PUC  
GOIÁS**

dispositivos da Lei do Divórcio (EC nº 66), de 1977, que permite aos brasileiros ao instituir o divórcio sem a necessidade de separação prévia ou comprovação de um ou outro.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

Mesmo com todas essas mudanças, é a Constituição Federal de 1988 que amplia o conceito de família, restrito anteriormente àquela constituída pelo casamento e com um núcleo familiar formado por pai, mãe e filhos, e faz com que a família monoparental deixe de ser apenas um fenômeno que ocorre na sociedade hodierna para adentrar o mundo jurídico. Deste modo, a Constituição garante a tais famílias o direito à ampla tutela estatal ao estabelecer, no artigo 226, inciso 4º, que “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

Além das famílias monoparentais, o Brasil apresenta uma diversidade de arranjos familiares que refletem as transformações sociais e culturais vivenciadas ao longo do tempo. Entre eles, destacam-se as famílias mosaico, formadas por uniões reconstituídas, nas quais uma pessoa, já com filhos de um relacionamento anterior, passa a conviver com outra, que também possui prole de núcleo antecedente; as famílias pluriparentais, compostas pela convivência familiar entre parentes colaterais, como tios e sobrinhos, irmãos e até primos; e as famílias homoafetivas, constituídas por casais do mesmo sexo, com ou sem filhos (FREITAS, 2014). Esses variados arranjos evidenciam a pluralidade das formas de organização familiar no Brasil, cada um com suas particularidades e especificidades.

Dentre esses arranjos, a família monoparental, tema central deste trabalho, se destaca como um dos modelos crescentes. O reconhecimento legal das famílias monoparentais representa um avanço significativo, contudo, esse tipo de estrutura não é um fenômeno recente. Conforme afirma Leite (2003 apud INÁCIA, 2018):

A família monoparental não é um fenômeno novo, ela sempre existiu, entretanto a monoparentalidade se dava na antiguidade por conta principalmente da viuvez de um dos cônjuges, pois a expectativa de vida da população era bem menor. Porém com a instituição do divórcio (Lei nº 6.515 de 26/12/1977) as famílias monoparentais foram aumentando cada vez mais, e vem evoluindo nos últimos tempos (LEITE, 2003 apud INÁCIA, 2018).



as monoparentais demons  
a relação conjugal. Divers  
io contexto brasileiro. A  
al, ainda não existe uma l

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

regimento primum de direitos. O crescimento desse modelo não impede que as famílias monoparentais continuem enfrentando uma série de adversidades socioeconômicas que ainda carecem de soluções legais efetivas.

### 1.1 Monoparentalidade

A monoparentalidade é um fenômeno de grande complexidade, haja vista os fatores que a originam. O reconhecimento constitucional dessa entidade familiar representou um avanço significativo, mas suas nuances ainda exigem debates mais profundos e análises detalhadas. As circunstâncias que resultam na formação de famílias monoparentais são diversas, incluindo o divórcio, a viuvez, o abandono, a adoção unilateral e a produção independente (ARAÚJO, 2023, p. 13). Cada um desses fatores reflete realidades distintas que compõem um cenário complexo da monoparentalidade no país.

Uma análise aprofundada das origens da monoparentalidade revela a viuvez como um dos fatores mais antigos da entidade monoparental. Do ponto de vista histórico, a morte de um dos cônjuges resultava na configuração automática de uma família monoparental, especialmente em contextos em que o vínculo matrimonial era a base estrutural da unidade familiar. Entretanto, pontua-se que as famílias monoparentais femininas decorrentes da viuvez tendem a perdurar por mais tempo em comparação com as masculinas. À vista disso, Minamiguchi (2017, p. 22-23) menciona que “no mercado de casamentos, os viúvos com filho(s) têm uma probabilidade maior de casamento que as viúvas com filho(s). Por esse motivo, as famílias monoparentais masculinas teriam um tempo de duração menor que as femininas”.

No que tange à adoção, a Lei nº 8.069, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevê a adoção monoparental. Apesar das frequentes confusões conceituais entre 'adoção unilateral' e 'adoção monoparental', ambas têm previsão legal distinta. A adoção unilateral refere-se ao processo em que um cônjuge ou companheiro adota o filho biológico do outro, preservando os vínculos de filiação entre o adotado e o pai ou mãe biológicos, conforme disposto no § 1º do art. 41 do ECA: “se um dos cônjuges ou concubinos



e os vínculos de filiação  
 "ativos parentes". Na adoção  
 "criança ou um adolescente  
 "podem adotar os r  
 ".....".

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

Mesmo que os fatores determinantes desse arranjo familiar sejam comuns entre homens e mulheres, salienta-se que, historicamente, a monoparentalidade feminina é mais comum do que a masculina. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), do terceiro trimestre de 2022, divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres representa cerca de 14,7% dos arranjos, superando a quantidade de famílias monoparentais masculinas, que representavam 2,3% em 2022.

Diversos fatores contribuem para a predominância feminina na chefia solo de famílias, sendo o divórcio e o abandono paterno os mais expressivos. Conforme Eduardo de Oliveira Leite (2003, p. 21 apud SANTOS; SANTOS, 2008), "a monoparentalidade se impôs como fenômeno social nas três últimas décadas, mas, com maior intensidade, nos últimos vinte anos, ou seja, no período em que se constata o maior número de divórcios." No entanto, mesmo que o divórcio seja um fator determinante para a monoparentalidade em geral, ele afeta predominantemente as mulheres. Como destaca Minamiguchi (2017, p. 22/23), "a guarda dos filhos em uma separação do casal, na maioria dos casos, fica a cargo da mulher." Embora, atualmente, não exista uma preferência legal explícita para que as mulheres fiquem com a guarda das crianças, a tradição e a prática judicial frequentemente resultam nesse desfecho, com os juízes também considerando os interesses da criança.

O abandono paterno, seja antes ou após o nascimento da criança, também contribui significativamente para o alto número de mães chefes de família. Dados divulgados no Portal da Transparência do Registro Civil revelam que em 2023, dos 2,5 milhões de pessoas nascidas no Brasil, mais de 170 mil têm pais ausentes, quantidade que é 5% maior do que o registrado em 2022, de acordo com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil). O número compreende os registros de nascimento feitos somente com o nome da mãe.



**PUC  
GOIÁS**

dados apresentados, constatado por toda uma conjunção de fatores, a monoparentalidade feminina compõe a realidade cotidiana das mulheres solteiras', 'mães solo' ou mães sozinhas, representam

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

um grupo diverso. Diante desse cenário, torna-se fundamental aprofundar a compreensão sobre o perfil e as características socioeconômicas dessas mulheres, que assumem sozinhas a responsabilidade pela chefia de famílias no Brasil.



## BRASILEIRAS

ãil dessas mulheres, pontu-  
te. Entende-se que a forn-  
dade do termo “mãe sol-

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

maternidade ultrapassa as fronteiras matrimoniais, indo muito além do estado civil da mãe. Mesmo com a separação conjugal ou o divórcio, uma mulher não perde a qualidade de mãe (SOUSA; PINTO, 2022, p. 48). O termo “mãe solteira” carrega ainda vestígios de uma sociedade patriarcal, conforme destaca Borges (2020, p. 1).

O termo ‘mães solteiras’, como eram conhecidas as mães solas, carrega o forte resquício da sociedade machista e patriarcal do século XX, em que a mulher - sobretudo a mulher casada - possuía seus direitos civis, sexuais e reprodutivos reduzidos e em sua maioria submetidos à vontade do marido. Nesse mesmo cenário, o casamento era tido como a única possibilidade de constituição de família (BORGES, 2020, p.1).

Concomitantemente, a designer e ativista social Thaiz Leão, em entrevista para a Revista Crescer, afirma que a “maternidade não é sobre estado civil. Filhos nos tornam mães; companheiros não” (REVISTA CRESCER, 2019)<sup>1</sup>. Essa visão evidencia um aspecto presente na vida de muitas mulheres, que assumem sozinhas a responsabilidade pela criação dos filhos. Em consonância com isso, as estatísticas apontam para um número maior de famílias monoparentais femininas no Brasil. Em complemento com o exposto, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) indica que até o final de 2022 havia mais de 11 milhões de mães solo no Brasil. O estudo apontou ainda o aumento de 1,7 milhão de mães que criam seus filhos de forma independente no período de 2012 a 2022, passando de 9,6 milhões para 11,3 milhões.

A maternidade solo é ainda um fenômeno que transcende as questões de gênero, refletindo desigualdades estruturais enraizadas na sociedade. Embora muitas mulheres compartilhem essa vivência, as particularidades da experiência variam significativamente em função de fatores como classe social, raça/etnia, nível educacional e região geográfica. Segundo dados

<sup>1</sup>

Disponível

em:

<https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2019/05/mae-solo-maternidade-nao-e-sobre-estado-civil-filhos-nos-tornam-maes-companheiros-nao-diz-thaiz-leao.html>. Acesso em: 13 de maio de 2025.



no quarto trimestre de 2021, 18% do Norte (18%) apresentaram. Em contrapartida, São Paulo (11,8%) registraram as

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

Ainda segundo o estudo, o nível educacional das mães solo é um aspecto central na análise, uma vez que a baixa escolaridade da maioria dessas mulheres limita suas oportunidades no mercado de trabalho, contribuindo para a perpetuação de um ciclo de pobreza. A pesquisa indicou que uma parcela expressiva dessas mães não possui ensino superior. No quarto trimestre de 2022, mais da metade (54,3%) das mães solo havia completado, no máximo, o ensino fundamental, enquanto menos de 14% tinham concluído o ensino superior. Ao analisar o recorte racial, a situação é ainda mais grave. Entre as mães solo que se identificam como pretas ou pardas, a maioria se encontra nos estratos de menor escolaridade (58,7%), sendo que apenas uma pequena fração, equivalente a 8,9%, possui ensino superior. Em contraste, entre as mães solo brancas ou amarelas, a proporção de mulheres com ensino superior alcança 21,4%, mais que o dobro do observado entre as mulheres negras.

O posicionamento dessas mulheres no mercado de trabalho também ocorre de maneira diferente. O estudo do DIEESE mostra que, nos domicílios com mães solo, observou-se que a renda per capita foi mais baixa, sendo apenas R\$789, o que corresponde a um pouco mais da metade de um salário-mínimo por pessoa. Já em lares com chefia masculina e filhos, a renda per capita foi maior, alcançando R\$1.198. A participação das mulheres na composição da renda familiar, correspondeu, em média, a 37% da renda do trabalho dos domicílios no terceiro trimestre de 2022, mantendo-se estável em comparação com 2019.

Na perspectiva racial, observa-se que as mulheres não negras contribuíram com 38,2% da renda familiar, enquanto nas famílias lideradas por pessoas negras, essa contribuição foi ligeiramente menor, totalizando 36%. Isso sugere uma diferença na contribuição econômica de mulheres de diferentes raças, o que reflete disparidades no mercado de trabalho e na distribuição de oportunidades. No quarto trimestre do mesmo ano, verificou-se que, entre as mães solo com idades entre 15 e 60 anos, 29,4% estavam fora da força de trabalho, ou seja, desempregadas e sem buscar por emprego, enquanto cerca de 7,2% estavam desempregadas e



**PUC  
GOIÁS**

rama muda quando se tra  
umenta para 32,4% e a de  
: a monoparentalidade fe  
que influenciam diretam

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

seus filhos, colocando-as muitas vezes em uma posição de vulnerabilidade. Para além da questão de gênero, o recorte de raça torna essa realidade ainda mais desafiadora.



## E APOIO

ino depende de relações  
onal. No âmbito da mate  
precisa de suporte tant

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

desempenhar seu papel materno de forma efetiva e saudável. Nesse sentido, a rede de apoio surge como um conjunto de pessoas e instituições que podem promover suporte em momentos de necessidade. Para Rapoport e Piccinini (2006, p. 86):

A disponibilidade de sistemas e de pessoas significativas que proporcionam apoio e reforço às estratégias de enfrentamento do indivíduo diante das situações de vida, é definida como rede de apoio social. A rede de apoio social pode incluir a família extensa, os amigos, colegas de trabalho, relações comunitárias e serviços de saúde, de credo religioso ou político, incluindo tanto as relações íntimas como aquelas ocasionais (RAPOPORT; PICCININI, 2006, p. 86).

Rapoport e Piccinini (2006) ressaltam que esse apoio social tem impactos significativos durante a gestação, influenciando tanto o comportamento quanto o estado emocional da mulher grávida. Esse suporte também é crucial para a nova mãe, especialmente nos primeiros meses pós-nascimento:

O apoio social durante a gestação exerce influências benéficas no comportamento e emoções da mulher grávida, assim como é benéfico para a nova mãe, principalmente nos primeiros meses após o nascimento do bebê, evento que geralmente causa insegurança na mulher devido às várias mudanças que ocorrem em sua vida. Além disso, com o nascimento do bebê a mulher deixa de ser o centro de sua própria vida, tendo que colocar o bebê nessa posição (RAPOPORT; PICCININI, 2006, p. 88).

Nesse sentido, Gomes (2020) faz uma distinção entre rede de apoio e ajuda. A autora esclarece que a rede de apoio representa um pilar de apoio constante, formada por laços emocionais e sociais que estão frequentemente disponíveis para apoiar a mãe. Por sua vez, a ajuda é compreendida como pontual, surgindo apenas quando solicitado e sem um vínculo emocional. Ela frisa ainda que a rede de apoio é essencial em todas as etapas. Conforme Gomes (2020, p. 49-50), “independente da fase, a mãe precisa ter por perto pessoas que a deixem mais segura, que não julguem suas decisões e que a ajudem a viver uma maternidade mais feliz e tranquila”.



**PUC  
GOIÁS**

de de apoio como um suporte  
ue a mulher necessita de  
ção materna. As autoras  
segurança e acolhimento.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

É possível supor que a mulher também necessita de sustentação por parte de seu ambiente para que tenha condições de se constituir como mãe e exercer o seu papel materno. Esse ambiente, por sua vez, pode ser representado pela figura do pai, da família e dos demais indivíduos, grupos e instituições sociais. São estes que proporcionarão a segurança e o acolhimento necessários para que a mãe possa exercer a sua função de um modo denominado por Winnicott como “suficientemente bom” (PEREIRA; LEITÃO, 2020, p. 3-4).

Nesse cenário, Araújo (2007) discute o conceito de “capa protetora”, um termo introduzido por Winnicott (1980), como um suporte afetivo em torno da mãe. Segundo Araújo (2007, p. 51), Winnicott descreveu essa “capa protetora” como um recurso fundamental que permite à mãe “voltar-se para sua condição de mãe e abstrair-se dos perigos externos enquanto se preocupa com o filho”. Com base nessa perspectiva, Pereira e Leitão (2020, p. 8) adicionam que:

Essa “capa” compreende determinadas redes de sustentação, que garantem certo nível de segurança para que a mãe exerça o seu papel. Em princípio, essa rede seria organizada pela figura do pai, seguida pelo suporte ofertado pela família e, posteriormente, pela própria sociedade como um todo, representada pelos mais diversos grupos e instituições sociais. A existência dessa “capa” seria condição essencial para o estabelecimento de uma maternagem “suficientemente boa”, ou seja, aquela em que a mãe apresenta as condições ideais para a provisão das necessidades da criança (PEREIRA; LEITÃO, 2020, p. 8).

Dessa maneira, compreende-se que todas as mães, independentemente da estrutura familiar, precisam de um ambiente acolhedor em todas as fases do crescimento da criança. Isso ocorre porque, ao mesmo tempo em que cuidam de seus filhos, as mães também são indivíduos que demandam auxílio e cuidados. A ausência da rede de apoio gera diversos efeitos, como a sobrecarga emocional e física e o isolamento social. No âmbito da maternidade solo, essas necessidades são amplificadas. Isso ocorre porque a ausência do genitor para dividir as tarefas domésticas e a criação dos filhos tende a resultar em uma carga maior de trabalho (ISOTTON; FALKE, 2014 apud PEREIRA; LEITÃO, 2020, p. 10).



**PUC  
GOIÁS**

a rede de apoio é crucial  
brado para mãe e para a c  
l ainda mais significativ  
nente suas funções sem ur

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

EREIRA; LEITÃO, 2020, p. 37.



**O DE CUIDADO E DUI**  
**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

lado dos filhos tem sido c  
 parir. Nesse contexto, em  
 tilizado em áreas como ε

designar o cuidado de mães com os filhos. Enquanto a maternidade está relacionada à relação consanguínea entre mãe e filho, a maternagem refere-se ao vínculo afetivo do cuidado e acolhimento ao filho por parte da mãe. De acordo com Gradwohl, Osis e Makuch (2014, p. 57), a maternagem “não se restringiria apenas ao atendimento das necessidades básicas do bebê, mas também a uma disponibilidade psíquica”, enfatizando o aspecto subjetivo e emocional que compõe essa experiência. Miranda e Martins (2007) ressaltam ainda que:

Por maternagem compreende-se o conjunto de cuidados dispensados ao bebê com o objetivo de atender às suas necessidades. Estas são descritas como necessidade de “continência”, que compreende não apenas o ato mecânico de segurar o bebê no colo, mas também o suporte físico e emocional e os cuidados quanto ao manuseio (do corpo) (MIRANDA; MARTINS, 2007, p. 12).

Conforme Moura e Araújo (2004, p. 47), foi a partir do século XVIII, e principalmente no século XIX, que houve uma mudança significativa na percepção do papel materno. As mães passaram a ser vistas como as principais responsáveis pelo cuidado e educação dos filhos, com a criança se tornando o foco central da atenção materna. Scavone (2001 apud GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014), reforça que, entre os séculos XVII e XIX, com a ascensão da burguesia e o desenvolvimento do capitalismo, a criança, antes criada em comunidade, passou a ser responsabilidade dos pais. Nessa nova divisão social de papéis, o homem assumiu o papel de provedor financeiro, enquanto à mulher foi delegado o cuidado com a família. Tal mudança conferiu à mulher-mãe maior valorização social, tornando-a a principal responsável pelo lar e pela formação dos futuros cidadãos (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 47).

A ampliação das responsabilidades maternas fez-se acompanhar, portanto, de uma crescente valorização da mulher-mãe, a “rainha do lar”, dotada de poder e respeitabilidade desde que não transcendesse o domínio doméstico (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 47).



forma específica de cuidado e paternidade. Assim, os cuidados são dados por normas sociais, e, no entanto, não se limitam a um conjunto de práticas materiais e psicológicas que consistem em dar respostas concretas às necessidades dos outros” (MOLINIER; LAUGIER; PAPERMAN, 2009 apud HIRATA, 2016, p. 54).

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

No Brasil, essa construção histórica que reconhece o cuidado doméstico e dos filhos como uma responsabilidade feminina reflete e perpetua desigualdades estruturais de gênero. Essas desigualdades se tornam evidentes na realidade das mulheres que acumulam a dupla jornada de trabalho, dividindo-se entre o emprego remunerado e as demandas de cuidado não remunerado. Essa situação é experienciada principalmente por mulheres. De acordo com dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2024, que abrangem o período de 2016 a 2022, o fato de ser mulher acrescenta, em média, 10 horas semanais no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado em comparação aos homens. Em 2022, as mulheres dedicaram mais de 21 horas a esse tipo de trabalho, enquanto os homens passaram pouco mais de 11 horas lidando com essas tarefas.

Diante dessa realidade, iniciativas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), têm buscado enfrentar essas disparidades. O item 5, que trata da igualdade de gênero, estabelece como meta o reconhecimento e a valorização do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado:

Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais (ONU, 2021).

Entre as mães solo, a dupla jornada de trabalho se agrava pela ausência de rede de apoio. A análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do quarto trimestre de 2022, realizada pela Ibre-FGV, revelou que 72,4% das mães solo vivem em domicílios compostos apenas por elas e seu(s) filho(s), sem parentes ou agregados que possam ajudar nas responsabilidades familiares. Isso agrava o desafio de conciliar vida pessoal, familiar e profissional, intensificando a carga de trabalho e o desgaste físico e emocional. Além disso,



um sentimento de culpa ( conforme apontado por 4).  
o esquecer que as mulheres c

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

mães-de-família: acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. É verdade que essas insuficiências existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm suas raízes nas condições geradas pela sociedade. Porém, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima, e o problema se torna mais agudo quando as duas vítimas são encarnadas por uma só pessoa (BARROSO; BRUSCHINI, 1981 apud LEONARDO; MORAIS, 2017, p. 4).

Dessa forma, além de assumirem a responsabilidade integral pelo sustento financeiro e pelo cuidado com os filhos, as mães solas muitas vezes enfrentam jornadas de trabalho extensas e exaustivas. O acúmulo de funções gera uma sobrecarga que leva ao sofrimento psicossocial, diretamente vinculado às normas de gênero socialmente instituídas. Essas normas reforçam a ideia de que as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho de cuidado, exacerbando as desigualdades e os desafios enfrentados por elas no cotidiano.

#### **4.1 Sobrecarga e saúde mental**

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)<sup>2</sup>, as mulheres ocupam o grupo com a saúde mental mais afetada, apresentando, inclusive, maior recorrência de depressão em comparação aos homens<sup>3</sup>. O fato de a jornada das mulheres ser contínua, especialmente no caso de mães solo, é um aspecto que agrava essa condição. Embora a maternidade solo, por si só, não possa ser considerada como uma condição diretamente responsável por problemas de saúde mental, a dupla jornada de trabalho enfrentada por uma expressiva parcela dessas mães, juntamente com a ausência de uma rede de apoio, contribui significativamente para a sobrecarga emocional.

<sup>2</sup> A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) é a agência internacional especializada em saúde pública das Américas. Com 35 Estados Membros e quatro Membros Associados, a OPAS atua como escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) nas Américas e faz parte do sistema das Nações Unidas.

<sup>3</sup> <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental>



**PUC  
GOIÁS**

nsabilidades com trabalho  
idade, muitas vezes inte  
mães solo funciona  
como ansiedade, síndrome  
; ROLIM, 2021, p. 10).

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

Segundo Oliveira, Pereira e Rolim (2021, p. 7), poucos estudos investigam de forma mais abrangente os fatores psicossociais e suas implicações relacionadas à maternagem solo. Estudos internacionais, por sua vez, contribuem para a discussão. Em estudo realizado por Liang, Berger & Brand (2019 apud OLIVEIRA; PEREIRA; ROLIM, 2021, p. 7), foram encontradas evidências de que esse tipo de maternagem é “um fator de risco comum para a depressão, ansiedade e estresse” (tradução livre). Em países como Coréia, Canadá e Singapura, as pesquisas evidenciam que mães solas têm uma chance 2,05 vezes maior de apresentarem depressão, além de estarem mais propensas a desenvolver pânico, ansiedade, mania e transtornos ligados ao uso de substâncias, como álcool e outras drogas, em comparação às mulheres casadas (KONG et al., 2017; WADE et al., 2011; SUBRAMANIAM et al., 2014; KIM et al., 2018 apud SANTOS, 2020).

Outro ponto central dessa discussão é a vulnerabilidade emocional enfrentada por essas mulheres, especialmente aquelas desprovidas de uma rede de apoio, seja familiar ou comunitária. De acordo com Rapoport e Piccinini (2006, p. 85), o acolhimento da sociedade e seu apoio são elementos que contribuem para uma maternidade mais responsiva, sobretudo em contextos estressantes. A ausência de suporte emocional e prático pode intensificar desafios emocionais, gerando uma maior sensação de impotência. A vulnerabilidade emocional, somada à fragilidade social, coloca ainda essas mulheres em uma posição de exposição (PINTO, 2011 apud MAGALHÃES; NASCIMENTO; ROCHA, 2022). Nesse sentido, a busca por estratégias para garantir a sobrevivência de suas famílias também surge como um fator que ocasiona fragilização.

As múltiplas tarefas que essas mulheres desempenham, em meio a desafios sociais, econômicos e à violência, revelam uma outra dimensão da experiência feminina. Sentimentos como baixa autoestima, frustrações e medo formam um conjunto de emoções presentes na realidade de muitas mães solo (MAGALHÃES; NASCIMENTO; ROCHA, 2022). Diante



a necessidade de interven  
retamente na redução de s

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**

Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário

Caixa Postal 86 | CEP 74605-010

Goiânia | Goiás | Brasil

Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080

[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)



## ATENDIMENTO ÀS MÃES SOLTEIRAS

Políticas públicas, é fundamental com projetos e ações que possam promover mudanças sociais

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

legítima ao abordar um problema social específico e que demanda uma ação em resposta (LIMA; STEFFEN; D'ASCENZI, 2018, p. 36). Conforme Coelho, Pires e Sechi (2019, apud MACHADO; VOOS, 2022, p. 141):

Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. [...]. Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. [...] Uma política pública possui dos elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (COELHO; PIRES; SECHI, 2019, p. 3 apud MACHADO; VOOS, 2022, p. 16).

Os autores compreendem ainda que, juntamente aos entes estatais, estão as organizações privadas, não governamentais e organismos multilaterais, que também praticam as políticas públicas. Com uma abordagem objetiva, Souza (2006, p. 26) resume o que são as políticas públicas e aponta que o conceito tem duas dimensões. A autora salienta ainda que essas iniciativas são um meio pelo qual governos democráticos transformam suas promessas e intenções eleitorais em ações concretas.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Paralelo a isso, convém ressaltar que uma política pública é resultado da interação de diferentes atores sociais, compreendidos como indivíduos ou grupos que têm interesse em uma determinada política e que mobilizam esforços para influenciar sua criação, modificação ou supressão. Esses atores podem se organizar formal ou informalmente e desempenham



olíticas públicas. Dois grupos e os grupos de interesse (11-14).

le políticas públicas segun

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

como ciclo das políticas públicas, que envolve esses diferentes atores sociais e esquematiza as fases de uma política pública. Nesse ciclo, a primeira etapa é a identificação do problema, momento em que as demandas sociais são reconhecidas e pautadas. Após identificar o problema, há a formação da agenda, onde as questões identificadas anteriormente entram na agenda política. Em seguida, começa a fase de formulação de alternativas, em que são pensados e estruturados programas de ação e estratégias. A quarta etapa, chamada de tomada de decisão, é o momento em que os formuladores de políticas escolhem, entre diversas alternativas, a solução que será adotada para enfrentar um problema público identificado e incluído na agenda. Após isso, a política pública é colocada em prática. Por fim, o ciclo é concluído com a avaliação, fase em que o desempenho e os resultados alcançados por determinada política são analisados, considerando critérios que indicam sua efetividade (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015).

A implementação de políticas públicas eficazes é um passo para garantir a proteção social, especialmente para grupos vulneráveis como as mães solo. Essas mulheres, muitas vezes sobrecarregadas pela responsabilidade exclusiva de cuidar de seus filhos e sustentar a família, enfrentam desafios socioeconômicos que não podem ser resolvidos apenas pela iniciativa individual. Nesse cenário, as políticas públicas atuam na redução das desigualdades. Ao compreender a importância dessas políticas no cotidiano, torna-se possível analisar de forma crítica e detalhada as iniciativas específicas direcionadas a esse grupo que já existem ou estão em desenvolvimento, avaliando sua eficácia. De maneira concreta, percebe-se a ausência de políticas públicas que realmente proporcionem suporte a esse grupo no país. De acordo com Santos e Santos (2009), em comparação com outros países, o Brasil não possui políticas específicas para mães ou pais que criam seus filhos sozinhos.

---

<sup>4</sup> A partir da perspectiva de Secchi (2015), Lima, Steffen e D'Ascenzi (2018) explicam que os grupos de interesse são indivíduos organizados formal ou informalmente que utilizam recursos para influenciar decisões e políticas públicas. Eles são socialmente engajados e utilizam instrumentos como campanhas publicitárias, financiamento de campanhas eleitorais, marchas, paradas e greves para fazer com que seus interesses sejam considerados.



**PUC  
GOIÁS**

oio ao genitor solitário na sus:  
caso estatal. Em comparação  
ornamental inteiramente volta  
lo governo podem até abra  
nte direcionado não atua com:

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

uma estrutura familiar tão frágil (SANTOS; SAINIUS, 2009, p. 29).

Em diversos países como, por exemplo, França, Estados Unidos e Espanha, a proteção às famílias monoparentais é abordada com políticas específicas. Um exemplo no sistema norte-americano foi o programa *Aid to Families with Dependent Children* (AFDC), que em português significa Auxílio a Famílias com Filhos Dependentes. O programa atendia majoritariamente famílias monoparentais e oferecia uma espécie de pensão pública quando o salário do genitor responsável não era suficiente para cobrir as despesas dos dependentes. No entanto, conforme o salário aumentava, os benefícios eram gradualmente reduzidos.

Estabelecido pelo *Social Security Act* em 1935, o AFDC foi uma medida de apoio financeiro não somente para famílias monoparentais, como também para crianças em situação de vulnerabilidade. O programa permitia aos estados fornecerem pagamentos de assistência social em dinheiro para crianças necessitadas que foram privadas do apoio ou cuidado parental devido à ausência dos pais, incapacidade, falecimento ou desemprego de um dos responsáveis. A abrangência do programa estendeu-se a todos os 50 estados, incluindo o Distrito de Columbia, Guam, Porto Rico e as Ilhas Virgens. Em 1996, o AFDC foi substituído pelo *Temporary Assistance for Needy Families* (TANF)<sup>5</sup>, um novo programa de assistência social em dinheiro que, embora preserve a finalidade assistencial, está sujeito a restrições quanto ao uso dos fundos.

Com algumas restrições, os fundos do TANF podem ser usados de qualquer maneira que apoie um dos quatro objetivos estatutários do TANF: fornecer assistência às famílias necessitadas para que as crianças possam ser cuidadas em casa; acabar com a dependência de pais necessitados em relação aos benefícios do governo, promovendo a preparação para o trabalho, o emprego e o casamento; prevenir e reduzir a incidência de gestações fora do casamento; e incentivar a formação e manutenção de famílias com dois pais<sup>6</sup> (ASPE<sup>7</sup>, s.d).

<sup>5</sup> <https://aspe.hhs.gov/aid-families-dependent-children-afdc-temporary-assistance-needy-families-tanf-overview>

<sup>6</sup> Tradução feita pela autora.

<sup>7</sup> O Assistant Secretary for Planning and Evaluation (ASPE) aconselha o Secretário do Departamento de Saúde e Serviços Humanos sobre o desenvolvimento de políticas nas áreas de saúde, deficiência, serviços humanos, dados e ciência; e fornece conselhos e análises sobre política econômica.



**PUC  
GOIÁS**

é o *Allocation de soutien familial* (de um ou dos dois pais) responsável devedor de pensão alimentícia pode ser concedido com o objetivo de pagar pelo sustento do genitor. Entre os requisitos para a concessão, está a condição de que o pai ou a mãe viva sozinho(a) com a criança.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

Entre os requisitos para a concessão, está a condição de que o pai ou a mãe viva sozinho(a) com a criança.

Já na Espanha, o *Ingreso Mínimo Vital* (IMV)<sup>9</sup> visa prevenir a pobreza e a exclusão social das pessoas que vivem sozinhas ou que fazem parte de uma unidade de convivência e carecem de recursos econômicos básicos para cobrir suas necessidades fundamentais. Esse programa também abrange famílias monoparentais espanholas em contexto de vulnerabilidade. Para 2024, os valores mensais garantidos são os seguintes: 918,4 euros para um adulto e uma criança; 1.099,67 euros para um adulto e duas crianças; e 1.280,93 euros para um adulto e três crianças. Para ter acesso ao benefício, a pessoa ou o grupo de pessoas que vivem juntas devem atender requisitos de renda e os limites da patrimonios estabelecidos.

Diante dos exemplos apresentados, é evidente que diferentes abordagens são adotadas em outros países para apoiar essas famílias, com medidas que variam conforme as necessidades locais. No contexto brasileiro, a realidade apresenta suas especificidades, sendo fulcral considerar a formulação de iniciativas públicas robustas que sejam adequadas às demandas das famílias monoparentais, com o objetivo de assegurar sua segurança financeira e seu bem-estar. Como afirmam Santos e Santos (2009, p. 28), “devem ser empreendidas políticas sociais sérias que resolvam o problema e todos os seus efeitos, até mesmo, os de ordem psicológica que afetam as pessoas envolvidas”.

### 5.1 Os projetos de lei brasileiros

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) e publicada em 2023 revelou que, entre os anos de 2012 e 2022, o número de domicílios com mães solo no Brasil cresceu 17,8%, passando de 9,6 milhões para 11,3 milhões. Isso representa um aumento de 1,7 milhão de mães solo em dez anos. No mesmo

<sup>8</sup> <https://www.service-public.fr/particuliers/vosdroits/F815>

<sup>9</sup>

<https://www.seg-social.es/wps/portal/wss/internet/Trabajadores/PrestacionesPensionesTrabajadores/65850d68-8d06-4645-bde7-05374ee42ac7>



**PUC  
GOIÁS**

o negras também registr  
trpartida, o número de n  
nsiderando os dados e os  
, os desafios psicossocia

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

da formulação de políticas públicas que atendam essas  
mulheres. Conforme Galante (2021, p. 58), a situação atual das mães solo no Brasil denota  
uma hipervulnerabilidade diante do contexto social e jurídico vigente. A autora reforça que a  
elaboração de políticas públicas mais abrangentes é um caminho para alcançar a igualdade de  
gênero.

Nessa direção, é indiscutível a situação precária com a qual a maioria das mães solo  
sobrevivem, o que denota sua hipervulnerabilidade diante do contexto social vigente.  
Isso porque o ordenamento jurídico brasileiro não tutela especificamente seus  
direitos e suas necessidades ora expostas, fazendo com que essas mulheres  
permaneçam à margem da legislação e da plena eficácia da dignidade da pessoa  
humana. Por isso, é necessária a aprovação de novos projetos de leis, programas  
socioeducativos e de incentivo à paternidade consciente. Isto é, não apenas acerca do  
registro paterno na certidão de nascimento, mas no registro das memórias diárias, da  
efetivação do dever jurídico de cuidado e, por conseguinte, da mitigação da exaustão  
física e mental das mães solo que arcam com a responsabilidade completa da criação  
dos filhos e da subsistência do lar, tendo em vista a omissão dos genitores. Assim,  
com um maior incentivo à mulher no mercado de trabalho, maior disponibilidade de  
horários de creches destinadas à mãe solo junto à intervenção estatal necessária,  
nutre-se a esperança de que será possível, em algum momento, atingir a igualdade  
entre os gêneros, propiciando à mulher melhor qualidade de vida, principalmente à  
mulher mãe (GALANTE, 2021, p. 58).

No âmbito da assistência social, há benefícios que atendem essas mulheres, mesmo que não  
sejam específicos para esse grupo. Um deles é o Bolsa Família, que busca integrar políticas  
públicas e ampliar o acesso das famílias a serviços essenciais, como saúde, educação e  
assistência social (BRASIL, 2023)<sup>10</sup>. Outro é o Benefício de Prestação Continuada (BPC),  
previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante um salário-mínimo  
mensal a pessoas com deficiência, independentemente da idade. Já o salário-maternidade,  
pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é concedido em casos de afastamento

10

[https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/03/o-bolsa-familia-e-um-programa-da-sociedade-brasil-eira-diz-lula/cartilha\\_bolsa\\_familia.pdf](https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/03/o-bolsa-familia-e-um-programa-da-sociedade-brasil-eira-diz-lula/cartilha_bolsa_familia.pdf)



...vos como nascimento d  
contribuem para a Previ

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

...para famílias monoparent

Projeto de Lei 2099/2020, apresentado em abril de 2020, que propõe um auxílio mensal de R\$1.200,00 para mulheres que são provedoras de famílias monoparentais. A justificativa menciona a Lei nº 13.982/2020, que instituiu o auxílio emergencial, destacando a necessidade de apoio contínuo para esses lares, considerando os efeitos prolongados da crise gerada pela pandemia e visando a proteção financeira dessas famílias. Em 2021, o projeto foi aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) da Câmara dos Deputados, e em 2023 foi redistribuído para a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), também da Câmara dos Deputados. Contudo, em julho de 2024, foi solicitado o arquivamento do projeto, sob o argumento de que sua continuidade não se justifica devido ao término do estado de emergência de saúde pública relacionado à Covid-19.

Já em março de 2022, foi apresentado o Projeto de Lei 3.717/2021, que visa instituir a Lei dos Direitos da Mãe Solo. O projeto propõe a prioridade das mães solo no acesso às políticas públicas em áreas de mercado de trabalho, assistência social, educação infantil, habitação e mobilidade. Após alterações, o texto foi aprovado pelo Senado e agora está na Câmara dos Deputados para análise. Entre os direitos previstos, estão o regime de tempo especial no trabalho, com maior flexibilidade para redução da jornada e uso de banco de horas, exigência de que empresas com 100 ou mais funcionários preencham de 2% a 5% de suas vagas com mães solo, prioridade para os filhos de mães solo no preenchimento de vagas para alunos da educação infantil e em programas habitacionais ou de regularização fundiária. A vigência da lei será de 20 anos, ou até que a taxa de pobreza em lares monoparentais seja reduzida a 20%, conforme medição realizada através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e os métodos já adotados pela Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021)<sup>11</sup>.

<sup>11</sup>

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2147095&filename=PL%203717/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2147095&filename=PL%203717/2021)



a de que essas mull  
considerar os desafios  
cado de trabalho. A tendê  
s que permitam jornada  
familiares e do trabalho.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

... e a ausência de uma rede de apoio, como familiares ou instituições que possam ajudar nos cuidados com os filhos, agrava ainda mais a situação. Dessa forma, para algumas mães, a única saída são os postos informais, que oferecem remunerações mais baixas e são desprovidos de proteção social. No 4º trimestre de 2022, cerca de 45% das mães solo empregadas estavam na informalidade (FEIJÓ, 2023).

Em vista disso, outra política pública relevante é o Projeto de Lei nº 2.914/2019<sup>12</sup>, que estabelece critérios para o preenchimento de vagas em creches e pré-escolas. A proposta atualmente tramita na Câmara dos Deputados e tem como objetivo modificar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90). O texto sugere alterações no artigo 54-A, que define diretrizes para a distribuição de vagas com base em uma classificação que leva em conta a pontuação de cada solicitação, determinada por critérios de prioridade. Entre esses critérios, destaca-se a inclusão das mães solo, com o objetivo de facilitar seu cotidiano e permitir que essas mulheres possam deixar seus filhos em creches públicas, retornando ao mercado de trabalho ou buscando novas oportunidades profissionais.

Além das iniciativas que garantem acesso a creches e promovem a inserção das mães solo no mercado de trabalho, considerar propostas que busquem eliminar barreiras financeiras para essas mulheres é um passo importante. Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 3.948/2023 busca isentar mães solo do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos para cargos na administração pública federal. A proposta define como mães solo as mulheres que são provedoras de uma família monoparental e se aplica às mulheres registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), com um dependente de até 18 anos ou de qualquer idade, caso o filho tenha alguma deficiência. Aprovada na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e na Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, a proposta foi transformada em um substitutivo à Lei 13.656/2018.

---

12

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1748121&filename=PL%202914/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1748121&filename=PL%202914/2019)



**PUC  
GOIÁS**

momento representam av  
onal. Isso implica a  
ncentes a grupos minori  
das mães solo brasileira

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

... para esse grupo evidencia a importância de incluir programas de capacitação, bem como de oferecer suporte psicológico e social. Nesse sentido, Machado e Voos (2022, p. 148) suscitam uma reflexão mais profunda acerca da formulação de políticas públicas, ressaltando a importância de uma análise criteriosa do contexto vivenciado por essas mulheres.

Toda política pública bem construída e eficaz é bem-vinda na temática, mas somente um olhar apurado e sensível enxergará o complexo contexto de uma família chefiada pela mulher, começando pela questão de gênero, do preconceito ligado ao papel de cuidadora da mulher na família e na sociedade, da desigualdade salarial, da não contratação de mães em “carreira solo” e a informalidade, da falta de mulheres em grandes cargos, na política, etc (MACHADO; VOOS, 2022, p. 148).

## 5.2 Legislações e projetos em Goiás e em Goiânia

Fazendo um recorte regional, Goiás registrou 13,7% de domicílios chefiados por mulheres no 4º trimestre de 2022 (FEIJÓ, 2023). Os dados revelam que Goiás abriga uma parcela significativa de famílias monoparentais femininas. Nesse cenário, a criação de políticas públicas que contemplem as necessidades mencionadas anteriormente é necessária. Embora os projetos e propostas atuais indiquem que o estado e o município estão avançando no reconhecimento das demandas dessas mulheres, as políticas públicas vigentes ainda são insuficientes para abarcar toda a complexidade da questão.

No estado, já existem leis específicas que atendem as mães solo. Em 2021, foi criado o “Mães de Goiás”. O programa, implementado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), é uma iniciativa de transferência de renda que atende mães solo. O objetivo principal do programa é promover a segurança alimentar, incentivar a geração de renda, melhorar a qualidade de vida das famílias e garantir a permanência escolar de crianças de até seis anos. O benefício, no valor de R\$250 mensais, foi instituído por meio da Lei nº 21.070, e destina-se a mães em situação de extrema pobreza, cuja renda per capita não ultrapasse R\$109, residentes no estado de Goiás e com pelo menos uma criança de 0 a 6 anos. Para participar, as



lastro Único (CadÚnico) e  
 rios específicos para a pe  
 o 22.192, em 7 de agost  
 s da Mãe Solo. A legis

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
 GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
 INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

medidas para assegurar proteção integral no acesso ao mercado de trabalho, à assistência social, ao direito de moradia e à educação infantil dos filhos das mães solo. Dentre os principais objetivos, estão a erradicação da pobreza e marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais, a proteção do mercado de trabalho para as mulheres, e a garantia dos direitos da criança, do adolescente e do jovem. A lei também abrange diretrizes para estimular o empreendedorismo e a empregabilidade das mães solas por meio de capacitação e qualificação profissional, fomentando assim sua independência financeira.

Já o Projeto de Lei nº 899/2023 dispõe sobre a proteção contra a discriminação no trabalho para mães solo, nos órgãos e nas entidades da administração pública direta e indireta do Estado de Goiás. O projeto proíbe a discriminação durante contratação, promoção, treinamento e em todos os aspectos relacionados ao trabalho, incluindo remuneração, benefícios e condições de trabalho, devido ao status de mãe solo.

No âmbito municipal, há uma proposta que ganha destaque. O Projeto de Lei nº 163/2023, que visa instituir o Programa de Incentivo para as Mães Solo, objetivando apoiar a autonomia financeira dessas mulheres por meio da inserção no mercado de trabalho. A proposta consiste em mobilizar empresas e estabelecimentos comerciais a disponibilizarem vagas de emprego e/ou estabelecerem relações comerciais de serviços com as mães e os pais solo. A matéria estabelece ainda que a prefeitura deve criar um selo para reconhecer as empresas que oferecem vagas a essas mulheres. O projeto foi aprovado em 1ª votação e encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDDO) em outubro de 2024, e ainda depende da votação em último turno no plenário.

As políticas públicas discutidas no Brasil, em Goiás e em Goiânia mostram avanços importantes, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir que as mães solas tenham suas necessidades atendidas. Diante do exposto, retoma-se a ideia de que os meios de comunicação, em especial o jornalismo, são atores sociais que desempenham um papel fundamental no processo de políticas públicas, uma vez que atuam como amplificador e



**PUC  
GOIÁS**

licações. Ao trazer à to  
s mãos solo, o jornalismo  
criação de soluções gov  
a reflexão mais profunda e  
- pontos positivos sobre a impo  
rtância do papel social da  
com o público.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**

**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**

Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário

Caixa Postal 86 | CEP 74605-010

Goiânia | Goiás | Brasil

Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080

[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)

professores e do comprometimento



## ALISMO

ção essencial para o des  
na (2005, p. 22) defende  
ode ser reduzido ao don

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**

Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

pois é uma das profissões mais difíceis e com maiores responsabilidades sociais. Concomitantemente, Kovach e Rosenstiel (2003 apud PEREIRA, 2004, p. 4) definem que há uma lista de princípios fundamentais da profissão, como a independência, a busca e o compromisso com a verdade e a priorização do interesse público.

A primeira obrigação do jornalismo é a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam. 5. Deve servir como um vigilante independente do poder. 6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso. 7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno. 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada. 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003 apud PEREIRA, 2004, p. 4).

Paralelo a isso, o Código de Ética Internacional dos Jornalistas, aprovado em 1983, define nove princípios que regem a ética profissional do Jornalismo. O terceiro destaca a responsabilidade social, compreendendo a informação como um bem social e não como uma mercadoria.

A informação no jornalismo é entendida como um bem social e não como uma mercadoria, o que significa que os jornalistas compartilham a responsabilidade pela informação transmitida e, portanto, é responsável não apenas perante aqueles que controlam os meios de comunicação social, mas, em última análise, perante o público em geral, incluindo vários interesses sociais. A responsabilidade social dos jornalistas exige que ele ou ela aja em todas as circunstâncias em conformidade com uma consciência ética pessoal (INTERNATIONAL PRINCIPLES OF PROFESSIONAL ETHICS IN JOURNALISM, 1983 apud FENAJ, s.d).

Da mesma forma, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação. Assim, ele define aspectos da conduta profissional do jornalista,



**PUC  
GOIÁS**

gar os fatos de interesse  
sal dos Direitos Humar  
r os direitos do cidadão, e  
em especial as das criança  
as.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

Contudo, a ideia de um jornalismo socialmente engajado se transformou com as mudanças mercadológicas. A partir da década de 70, a maioria dos grandes jornais norte-americanos lançaram suas ações na bolsa de valores. No Brasil, a profissionalização das empresas jornalísticas não passou pelo mesmo processo que nos Estados Unidos (PEREIRA, 2004, p. 9). Ainda assim, essa profissionalização resultou na mercantilização das notícias e dos jornais. Conforme Perdomo (2015, p. 27), essa mudança afeta o jornalismo e a sociedade.

O problema dessa transformação da notícia em mercadoria não traz consequências apenas para o jornalismo. A sociedade fica dividida entre a parte contemplada e a parte silenciada. Mesmo junto ao público a quem as notícias são dirigidas essa informação é falha. Em busca de mais leitores e de mais lucro, as notícias se tornam cada vez mais superficiais, menos apuradas e mais submetidas aos interesses das assessorias de imprensa, que como fontes oficiais ou interessadas, pautam cada vez mais essa imprensa-empresa. O jornalismo se perde de sua função social (PERDOMO, 2015, p. 27).

Pereira (2004) argumenta que a submissão da imprensa à lógica empresarial alterou a pauta jornalística. Ele discute ainda que, com a ascensão do jornalismo de mercado, o jornalista deixa de ser o observador comprometido com o cidadão para se tornar um profissional moldado pelas transformações nas empresas jornalísticas e pelas mudanças econômicas e culturais. O autor destaca que “é inegável o impacto que a mercantilização da imprensa tem sobre o exercício profissional. Com o ‘jornalismo de mercado’ a crença numa missão jornalística entra em conflito com a lógica empresarial” (PEREIRA, 2004, p. 13).

Desse modo, entende-se a existência de uma realidade de mão dupla, onde se busca equilibrar a função social do jornalismo com as demandas mercadológicas. Conforme Perdomo (2015), o jornalismo se legitima como profissão ao oferecer aos leitores informações verdadeiras e objetivas, que contribuem para o aumento do conhecimento da população, capacitando-a para compreender e participar da vida democrática. A autora sustenta que essa responsabilidade social é essencial. Contudo, essa função é comprometida, uma vez que as empresas



otam estratégias de m  
 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
 GOIÁS  
 PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
 INSTITUCIONAL  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

ntre a função social e os intere  
 o jornalismo, já que é uma  
 desenvolvimento. Enquanto a função social é imprescindível para que o jornalismo possa existir como parte essencial da sociedade democrática, as empresas precisam manter o interesse do público com estratégias de mercado que se orientam por interesses financeiros e não sociais (PERDOMO, 2015, p. 16).

Perdomo (2015) acrescenta ainda que o jornalismo se consolida como campo essencial na sociedade por sua capacidade de oferecer informações com isenção, objetividade e qualidade, além de ajudar a população a entender o mundo e os acontecimentos que a rodeiam. Quando o jornalismo se desvia disso e passa a tratar notícias como mercadoria, ele compromete seu papel social e deixa de cumprir a função que o torna uma instituição fundamental para a sociedade.

Se o jornalismo abre mão de noticiar temas de interesse social, e como alternativa, opta por publicar matérias que têm por objetivo apenas aumentar o alcance ou a tiragem do produto jornalístico, ele abre mão da função social que o legitima como parte fundamental da sociedade. Nesses casos, o jornalismo se abstém do papel de preservar a democracia mantendo os cidadãos informados sobre acontecimentos que estão fora de sua esfera de alcance, preservando assim o público de intransigências e de injustiças através da informação e da denúncia de irregularidades (PERDOMO, 2015, p. 57).

Assim, nota-se que a busca pelo lucro muitas vezes sobrepõe o compromisso com o interesse público, gerando conflitos entre o ideal jornalístico e as pressões comerciais. A noção das notícias como mercadoria impõe uma produção acelerada e reduz o espaço que é dado para histórias mais complexas. Diante desse cenário, o jornalismo literário surge como uma alternativa possível para o resgate do campo social da profissão. Isso porque esse gênero jornalístico, ao unir literatura e jornalismo, traz as informações completas e aprofundadas, proporcionando uma visão mais ampla do acontecimento. De acordo com Weise (2013)<sup>13</sup>, o interesse pelo jornalismo literário vem crescendo no Brasil.

13

Disponível em: [https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorioacademico/\\_ed730\\_para\\_compreender\\_o\\_jornalismo\\_literario/](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorioacademico/_ed730_para_compreender_o_jornalismo_literario/). Acesso em: 13 de maio de 2025.



**PUC  
GOIÁS**

la deve-se à vontade de muito  
atividade, ou falta dela na imp  
' Quando? Onde? Como? Po  
terário está na construção de ;  
, na maioria das vezes. Esse

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)

narrativa tem como objetivo produzir reportagens profundas, completas e que o  
leitor, ao lê-las, veja-se diante delas (WEISE, 2013).

Dessa forma, o jornalismo literário se configura como uma resposta possível às limitações do jornalismo comercial, reafirmando a importância da narrativa como ferramenta de compreensão da realidade.



**PUC  
GOIÁS**

o primeiro de narrativa em exposição, trazendo mais detalhes sobre os fatos narrados

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

tradicional do jornalismo, como o lide<sup>14</sup> (ou *lead*). Conforme aponta Brod, Lopes e Sapelli (2021): “fugindo do jornalismo factual dos noticiários, essa nova forma de narrar produz reportagens mais profundas, amplas e detalhistas, trazendo ao jornalismo uma postura mais humanizada”.

Para descrever as diferenças entre o jornalismo noticioso e o literário, Lima (2010) define o noticioso como o modelo mais comum e o nomeia de “jornalismo convencional”. O autor elucida que esse tipo de jornalismo traz um resumo das informações, pincelando nos elementos básicos do que se tem para contar e simplificando os fatos de maneira indireta e quase sempre interpessoal. No jornalismo convencional, o texto simplesmente informa o que aconteceu sem fornecer detalhes ou elementos complementares que ampliem a visão do leitor.

O propósito de um texto deste tipo é passar a informação de que algo ocorreu, pura e simplesmente. O leitor é informado do esqueleto do acontecimento, digamos assim. Fica sabendo do que houve. Mas não é informado com mais vigor de como aconteceu, nem por que, tampouco lhe é apresentado um significado mais amplo do que ocorreu. É um modo bom para transmitir informação de um modo ligeiro, rápido, sem necessariamente aprofundar-se. Este é o modo dominante no jornalismo (LIMA, 2010, p. 15).

Em contrapartida, o jornalismo literário surge como um jornalismo que busca fazer com o que o leitor viva um pouco do que o repórter presenciou. Nesse sentido, o gênero adota um modo de narrar que permita uma experiência sensorial e simbólica de adentrar o mundo específico retratado pelo texto. Enquanto o jornalismo convencional conta histórias simplificadas, o jornalismo literário procura ser mais completo. Lima (2010) explica que:

[...] no jornalismo literário é necessário reunir um elenco de diversos recursos de texto em torno de uma linha condutora, para dar certo a integração da cena<sup>15</sup> – e

<sup>14</sup> O lide, ou *lead*, é uma técnica jornalística que consiste em introduzir o leitor na notícia através do primeiro parágrafo, que deve trazer as informações mais importantes do texto. O lide deve responder às questões fundamentais do jornalismo: o que, quem, quando, onde, como e por quê.

<sup>15</sup> Lima (2010) explica que a cena tem uma natureza visual e busca colocar o leitor dentro do acontecimento. Desse modo, reproduz o clima de como as coisas ocorreram.



**PUC  
GOIÁS**

umário<sup>16</sup>, quando é o caso – cc  
linha condutora, no texto d  
IA, 2010, p. 18).

rário na história precede

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

*journalism (novo jornalismo)*. Entretanto, a aplicação de técnicas narrativas de forma diferente em reportagens feitas nos Estados Unidos em 1960 configurou uma versão nova e remodelada do jornalismo literário.

### 7.1 New journalism

O *new journalism* surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 60 como uma alternativa ao jornalismo objetivo e distanciado dos fatos, que caracterizava a imprensa americana até então. Esse estilo de jornalismo foi aderido por escritores norte-americanos como Tom Wolfe, Truman Capote e Gay Talese. Contudo, Lima (2003) destaca que a proposta desenhada pelo *new journalism* se inspirou no jornalismo literário, que tem raízes mais antigas e remonta à escritores do século XIX, especialmente grandes nomes da escola literário do realismo social, como Charles Dickens e Honoré de Balzac.

Foram escritores que inspiraram os jornalistas a aplicarem o relato da realidade e as técnicas narrativas utilizadas nos trabalhos ficcionais. Dessa forma, compreende-se que o jornalismo literário precede o *new journalism*, considerando que este já havia ganhado espaço ao longo das décadas anteriores. Apesar disso, Lima (2003) considera que os autores norte-americanos dos anos 60 e 70 aperfeiçoaram as técnicas já existentes.

Gay Talese e seus contemporâneos dos anos 60 e 70, aperfeiçoaram essas técnicas, assim como inovaram com a introdução de pelo menos duas novas. Tom Wolfe trouxe para o jornalismo a técnica do fluxo de consciência – que fora introduzida na literatura de ficção por James Joyce, em seu trabalho *Ulisses* –, enquanto Norman Mailer criou a técnica do ponto de vista autobiográfico em terceira pessoa. Assim, o *new journalism* configura-se como uma versão própria e renovadora do jornalismo literário (LIMA, 2003, p. 12).

Destacam-se ainda outros nomes no cenário internacional, como os latino-americanos José Martí, Manuel Gutierrez Najera e Rubén Darío. Já no século XX, o colombiano Gabriel

<sup>16</sup> Lima (2010) utiliza o termo para explicar o modo como o jornalismo convencional mostra os fatos, afirmando que as matérias trazem um resumo das coisas de maneira simplificada.



**PUC  
GOIÁS**

bilizar como jornalista. N

arde paulista produziram

o caso da publicação de “C

São Paulo, num relato sol

ordestina (CARNEIRO, 2011, p. 17).

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**

**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**

Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário

Caixa Postal 86 | CEP 74605-010

Goiânia | Goiás | Brasil

Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080

www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

Entende-se que o jornalismo literário, além das diferenças em relação ao jornalismo convencional, apresenta características específicas que ultrapassam o uso de técnicas literárias. Nesse sentido, surge a Estrela de Sete Pontas, que elenca sete diferentes itens imprescindíveis que dão essência ao gênero (PENA, 2006).

## **7.2 A estrela de sete pontas de Felipe Pena e as características do jornalismo literário**

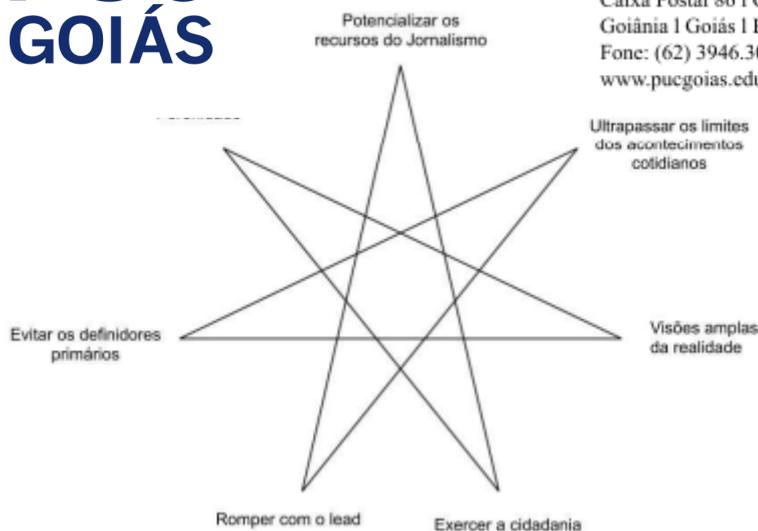
Pena (2006) destaca que o conceito de jornalismo literário é mais amplo e transpõe a ideia de fugir das amarras da redação ou de exercitar a veia literária. O autor elucida ainda que:

Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do *lead*, evitar os definidores primários, e principalmente, garantir a perenidade e profundidade aos relatos (PENA, 2006).



**PUC  
GOIÁS**

**Estrela de Sete Pontas**  
Felipe Pena



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

Figura 1 – Estrela de Sete Pontas de Felipe Pena  
Fonte: Sedrez e Brod (2019)

A primeira ponta da estrela trata de potencializar os recursos do Jornalismo, de maneira que as técnicas e os princípios da redação, como a apuração rigorosa, a observação atenta, a abordagem ética e a capacidade de se expressar claramente, sejam desenvolvidas para constituir novas estratégias profissionais. A segunda ponta sugere ultrapassar os limites do cotidiano, rompendo com a periodicidade e a atualidade. A terceira se relaciona com a ideia de que o jornalismo literário busca ser mais completo, o que compreende que esse gênero assume o dever de contextualizar a informação da forma mais abrangente possível (PENA, 2006).

A quarta ponta está interligada ao papel social do jornalismo: exercitar a cidadania. Nesse contexto, Pena (2006) pontua que o jornalista deve pensar em como sua abordagem pode contribuir com a formação do cidadão e o bem comum. A quinta recomenda o rompimento com a fórmula do *lead*. A sexta ponta da estrela evita os definidores primários, definidos como as fontes oficiais. Sugere-se dar voz e espaço para o cidadão comum e àqueles pontos de vista nunca abordados. Por último, vem a perenidade, isto é, a busca pela permanência. Isso significa que um texto baseado nos preceitos do jornalismo literário deve perdurar.



ponta que o jornalismo  
s. O autor destaca dois. (a  
a”. No lugar de apenas (a  
econômico, o jornalista u

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

o momento em que os personagens vivem, suas roupas, comportamentos, objetos que possuem, ou mesmo o tom de suas falas, permitindo que o leitor visualize e interprete a cena. Outro recurso técnico é a metáfora, que consiste em “olhar para alguma coisa e ver nela outra que ela não é. Outra coisa que possa dar conta de expressar melhor o que ela é. Através da compreensão simbólica” (LIMA, 2010, p. 28).

### 7.3 Jornalismo literário no Brasil

Em estudo historiográfico sobre o jornalismo literário brasileiro, os lançamentos do Jornal da Tarde e da revista Realidade surgem como fatores que ocasionaram a Primeira Onda do gênero no país, com a aplicação de técnicas literárias sob temas e ângulos audaciosos (PASSOS, 2014 apud PESSA, 2024, p. 18-19). A experiência da revista Realidade é amplamente tratada como a primeira iniciativa claramente identificada com o jornalismo literário no Brasil por incorporar a crítica à objetividade proposta pelo *New Journalism* norte-americano (COSTA, 2015, p. 71). Lançada em abril de 1966, a revista chegou às bancas diante de uma crise de concorrentes como a revista O Cruzeiro e da Manchete e Fatos & Fotos. Faro (1996) relata que a proposta editorial da revista:

vinha responder às expectativas geradas por essa conjuntura cultural: uma proposta marcada, a um só tempo, pela horizontalidade e pela verticalidade, no sentido de que situava o leitor no âmbito universal dos problemas de seu tempo, mas não o fazia de forma acanhada ou apenas plástica; fazia isso desnudando a crise do contemporâneo (FARO, 1996, p. 73).

Faro (1996) pontua ainda que a linguagem da Realidade fazia uso da experimentação estética e sensorial, o que diferenciava o texto das outras revistas em circulação à época.

A regra era a do estilo pessoal e a da “experimentação estética” e sensorial. Nessa medida, o texto haveria de ser o literário com as possibilidades que ele permite; o texto que guarda a força expressiva da vivência. Mesclam-se pontos de vista, imagens, sequências; as reportagens formam um caleidoscópio que dá às matérias elementos de vínculo com o sensorial do leitor. A esse quadro se integrava a imagem



**PUC  
GOIÁS**

que não é aqui um mero ace  
Fatos e Fotos -, mas sua expres

ditorial até 1976, quando

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

veículo perdeu a força com o Ato Inconstitucional nº5. De acordo com Duvauet (2007), a televisão e o crescente interesse do público por revistas segmentadas foram também grandes algozes de Realidade”. Pessa (2024) aponta que, entre meados dos anos 1970 e o início dos 2000 no Brasil, o mercado editorial se retraiu e o gênero ficou restrito a poucos jornalistas e escritores que converteram em livros suas grandes reportagens ou optaram por publicar perfis em revistas. Nesse contexto, o autor destaca que o ambiente universitário se mostrou um espaço para pesquisa, experimentação e inovação na área.

Com o mercado editorial retraído e indisposto a apostar em novos e arriscados projetos, o ambiente universitário se mostrou um prolífico espaço para a experimentação e inovação na área, momento em que se deu a Renascença Acadêmica (quarto período), capitaneada pelos professores Edvaldo Pereira Lima e Cremilda Medina, da Universidade de São Paulo (PESSA, 2024, p. 19).

O Jornal da Tarde, do grupo O Estado de S. Paulo, entre os anos de 1966 e 1970, demonstrou uma preocupação com o estilo dos textos jornalísticos, aproximando-se da linguagem literária, semelhante ao que ocorria com a revista Realidade. Conhecido como JT, o periódico circulou de 1966 até 2012. Casagrande (2018) ressalta que o jornal tinha como objetivo incorporar elementos do novo jornalismo norte-americano, trazendo uma narrativa mais envolvente e humanizada.

Ruy Mesquita e Mino Carta começaram a discutir em linhas gerais do *Jornal da Tarde* no final de agosto de 1965. Mino pretendia radicalizar algumas inovações que haviam dado certo na *Edição de Esportes*. O texto seria não apenas mais solto, livre dos formalismos arcaicos que ainda se espalhavam por linhas e linhas nos jornalões, inclusive n’*O Estado*, como também resvalaria para o jornalismo literário, muito em moda nos Estados Unidos (CASAGRANDE, 2018, p. 39).

Conforme destaca Lima (2003), as grandes reportagens, outrora amplamente valorizadas, foram progressivamente perdendo espaço na maioria dos veículos. Ainda assim, o jornalismo literário manteve-se vivo e relevante em determinados contextos, como algumas revistas especializadas e, notadamente, nos livros-reportagens. Somado a isso, a expansão do



**PUC  
GOIÁS**

bre novas possibilidades  
desenvolvido de formas inc  
terário e reportagem lon

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

Além dos novos-reportagens, hoje também é possível mesclar linguagem jornalística e literária através de outros meios, como o digital. O jornalismo online tem evoluído sob diversos aspectos. Nesse contexto, a reportagem *longform* (tradução livre: reportagem de forma longa) tem ganhado mais espaço. Enquanto o jornalismo literário utiliza elementos da literatura para enriquecer o texto, esse tipo de reportagem se aproxima desse gênero ao permitir uma maior atenção aos detalhes da história. Ambos os gêneros compartilham a intenção de aprofundar a narrativa jornalística. No que se refere à reportagem *longform*, entende-se que:

Numa definição mais apurada, *longform* diz respeito a: '1) um nível mais aprofundado de relato, que vai além do padrão cotidiano da produção (jornalística) e 2) narrativas atraentes, frequentemente com elementos multimídia, que realçam o artigo (FISCHER, 2013 apud LONGHI; WINQUES, 2015, p. 112).

Ademais, a profundidade da história é combinada com recursos digitais, como vídeos, gráficos interativos, fotografias e sons, criando uma experiência de leitura dinâmica e multifacetada. Longhi (2014 apud LONGHI; WINQUES, 2015, p. 118) afirma que:

O jornalismo *longform* vai muito além do texto longo. A abundância do texto verbal sinaliza um resgate da qualidade, apuração e contextualização já conhecidos do jornalismo impresso, especialmente consagrados pela reportagem. Vários autores têm se debruçado sobre o gênero na Internet, apontando sua reconfiguração e remodelação. A grande reportagem multimídia, neste sentido, tem sido marcada, dentre outras características, pelo jornalismo *longform* (LONGHI, 2014 apud LONGHI; WINQUES, 2015, p. 118).

Do ponto de vista de Jacobson, Marino e Gutsche (2015), a *longform* representa ainda uma nova onda de jornalismo literário. Com base no estudo e análise de 50 reportagens multimídia, os autores identificaram três características literárias principais que aparecem nos textos:

a interação entre técnicas multimídia e literárias para criar significado dentro das histórias; o uso de loops de vídeo como um recurso para estabelecer o sentido de



**PUC  
GOIÁS**

e personagem nas histórias; e  
a da narrativa na web por mei  
(JACOBSON; MARINO; GU

nde a enfatizar a narrativ:

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

do cinema e no uso de técnicas literárias para enriquecê-lo, a reportagem *longform* se destaca por seu caráter multimídia ao mesclar uma linguagem audiovisual com textual para contar histórias. Desse modo, pode-se considerar que ambos os gêneros buscam uma maior profundidade na abordagem dos temas, embora o façam de maneiras distintas. Conforme exposto, há autores que apontam ainda a possibilidade de utilizar recursos do jornalismo literário na construção de reportagens multimídia.

---

<sup>17</sup> O efeito paralaxe é uma técnica que gera uma ilusão de ótica e cria uma ideia de profundidade, em que há a sensação de que objetos ou pessoas estão em movimento.



**PUC  
GOIÁS**

**REPORTAGEM LONGA**  
sobre a reportagem *longa*  
base para sua consolidação  
de conteúdos jornalísticos

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

formas de contar os fatos. O jornalismo adentra o universo da World Wide Web<sup>18</sup> em meados dos anos 1990 com a simples transposição dos conteúdos dos jornais impressos. Mielniczuk (2003) sistematiza as fases do jornalismo em três momentos, tendo como base a produção dos conteúdos. No primeiro momento, os produtos oferecidos eram reproduções dos conteúdos publicados nos jornais impressos, com o material sendo atualizado a cada 24 horas de acordo com o fechamento das edições do impresso.

Em um segundo momento, Mielniczuk (2003, p. 33) aponta que o aprimoramento e desenvolvimento da estrutura técnica da internet possibilitaram a realização de experimentações no produto jornalístico a fim de explorar as características oferecidas pelo meio. Desse modo, as potencialidades desse novo ambiente começam a ser exploradas.

Ao mesmo tempo em que se ancoram no modelo do jornal impresso, as publicações para a web começam a explorar as potencialidades do novo ambiente, tais como links com chamadas para notícias de fatos que acontecem no período entre as edições; o e-mail passa a ser utilizado como uma possibilidade de comunicação entre jornalista e leitor ou entre os leitores, através de fóruns de debates e a elaboração das notícias passa a explorar os recursos oferecidos pelo hipertexto. A tendência ainda é a existência de produtos vinculados não só ao modelo do jornal impresso enquanto produto, mas também às empresas jornalísticas cuja credibilidade e rentabilidade estavam associadas ao jornalismo impresso (MIELNICZUK, 2003, p. 34).

A terceira fase é caracterizada por uma mudança no cenário, marcada pelo “surgimento de iniciativas tanto empresariais quanto editoriais destinadas exclusivamente para esse suporte” (MIELNICZUK, 2003, p. 36). Nesse momento, os produtos jornalísticos tentam explorar e aplicar potencialidades oferecidas pela web. Os produtos apresentam recursos de multimídia e de interatividade, além de utilizarem o hipertexto como um elemento para construção da narrativa. Esses e outros recursos que marcam a terceira geração constituem os principais elementos do jornalismo desenvolvido para web, conforme Canavilhas (2014).

<sup>18</sup> A World Wide Web, popularmente conhecida como WWW, é o conjunto de páginas e documentos acessados pela internet, interligados por links, formando uma rede global de informações.



a nova configuração, tra  
 conjunto de blocos i  
 1 hipertexto” (CANAVILI  
 ade de conectar conteúdo:

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

disponível. Essa característica permite ao usuário navegar de forma não linear, construindo diferentes trajetos de leitura conforme seus interesses. No entanto, é fundamental que “cada bloco informativo se autoexplique e seja relacional, isto é, tente ajudar o leitor a situá-lo no contexto temático e na macroestrutura do documento” (CANAVILHAS, 2014, p. 5), garantindo, assim, que o leitor não se perca nas múltiplas conexões e compreenda o conteúdo dentro de seu contexto mais amplo.

Por sua vez, a multimídia refere-se ao uso de múltiplos formatos de mídia. No âmbito jornalístico, entende-se ela como uma combinação de linguagens e formatos, como texto, áudio, imagens e vídeos. Salaverría (2014) salienta que essa interpretação constitui a mais difundida e amplamente reconhecida.

Esta terceira aceção de multimédia é a mais usual e, de facto, a única que consta no dicionário da Real Academia Espanhola (RAE). Para esta instituição, o adjetivo “multimédia” designa aquilo “que utiliza conjunta e simultaneamente diversos meios, como imagens, sons e texto, na transmissão de uma informação” (SALAVERRÍA, 2014, p. 29).

A interatividade transcende o jornalismo digital, sendo presente nas rotinas de trabalho de todos os jornalistas, independente do meio. O termo é um conceito ponte entre o meio e os leitores “porque permite abordar esse espaço de relação entre ambas as partes e analisar as diferentes instâncias de seleção, intervenção e participação nos conteúdos do meio” (ROST, 2014, p. 53). De modo geral, a interatividade pode ser definida como a capacidade que um meio de comunicação tem para dar maior poder aos usuários, tanto na seleção de conteúdos quanto em possibilidades de expressão e comunicação (ROST, 2006 apud ROST, 2014).

Palacios (2014) esclarece que a memória ocupa um lugar diferente no jornalismo digital e discute seu impacto nas rotinas de produção, assim como no relacionamento dos meios de comunicação com os leitores. O autor destaca que, com o processo de digitalização da informação, os arquivos se tornaram mais acessíveis e pesquisáveis, o que facilita tanto o



tanto pelos jornalistas quanto à capacidade de publicar, depender de processos tradicionais.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

(2014) pontua que o avanço das tecnologias de velocidade, disponíveis tanto para publicadores quanto para consumidores, está mudando o cenário do jornalismo digital.

Assim, na medida em que essas tecnologias de velocidade têm se tornado disponíveis para todos os publicadores (publishers) – e para os consumidores – alguns estão explorando outros novos limites: ser o primeiro a verificar, a organizar ou a agregar. Portanto, na medida em que estas mudanças ocorrem, a instantaneidade do chamado web publishing (publicação na Web) traz consigo novas oportunidades para os publishers (emissoras e editoras) em contextos completamente novos. Trata-se de uma instantaneidade em publicar, mas também em consumir, e, sobretudo, em distribuir (BRADSHAW, 2014, p. 112).

A personalização viabiliza que os usuários ajustem o conteúdo de acordo com preferências e interesses. Na web, “a personalização de experiências informativas pode apresentar várias formas e extensões, sendo a mais habitual deixar o utilizador selecionar os temas mais relevantes para a criação de uma página com base em preferências pessoais” (LORENZ, 2014, p. 140). Por fim, a ubiquidade está relacionada à possibilidade de acessar as informações de múltiplos dispositivos e locais. Pavlik (2014) define que o conceito envolve a presença em todos os lugares ou em vários deles simultaneamente. No contexto midiático, a ubiquidade permite ainda que todos participem e forneçam suas contribuições com conteúdo.

No contexto da mídia, ubiquidade implica que qualquer um, em qualquer lugar, tem acesso potencial a uma rede de comunicação interativa em tempo real. Quer dizer que todos podem não apenas acessar notícias e entretenimento, mas participar e fornecer sua própria contribuição com conteúdos para compartilhamento e distribuição global. além disso, o conteúdo noticioso emana de uma variedade de fontes cada vez mais ubíquas, incluindo câmeras de segurança ou vigilância bem como sensores de muitos tipos e formatos, frequentemente ligados à internet (PAVLIK, 2014, p. 160).

As características do webjornalismo refletem sua natureza em constante evolução. Esses aspectos moldam o jornalismo digital, que é impulsionado por estratégias de convergência



da busca por novos formatos, destaca-se como um dos modelos explorados as possibilidades (GHI, 2014, p. 900).

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

A *longform* está associada a um tratamento mais aprofundado e mais longo da notícia, sendo uma vertente do jornalismo digital que contrasta com o modelo de notícias curtas. Conforme Baccin (2017), o termo não se restringe ao ambiente digital, mas o interesse nesse modelo cresceu com o surgimento e popularização dos dispositivos móveis.

O formato de narrativas *longform* não é um modelo próprio do ambiente digital, antes já eram feitas narrativas longas em reportagens impressas, televisivas e também radiofônicas. Mas a novidade está também no suporte. Como já destacamos, mesmo com quase 20 anos de jornalismo na web, não era comum a exploração desse modelo narrativo. O interesse das publicações que têm investido no modelo *longform* surgiu com o advento e proliferação dos dispositivos móveis (BACCIN, 2017, p. 93-94).

Em termos históricos, Longhi (2014) pontua que os especiais multimídia surgiram em meados dos anos 2000. Eles começaram a chamar a atenção ao combinar texto com elementos multimídia. Embora inovadores, tais produções ainda eram limitadas com os diferentes elementos multimídia sendo inseridos de maneira mais segmentada. Na década de 2010, com as possibilidades abertas pela evolução das tecnologias da web, os produtos multimidiáticos se renovaram e surgiram as grandes reportagens multimídias, compreendidas como herdeiras da grande reportagem do impresso e como um gênero específico do webjornalismo. O avanço das novas tecnologias possibilitou o uso de recursos avançados para a criação de conteúdo na web, permitindo que textos, vídeos, gráficos interativos e outros elementos fossem integrados de maneira mais fluida.

Ainda segundo Longhi (2014), o marco de transformação da reportagem *longform* ocorreu a partir da publicação de “*Snow Fall: The Avalanche at Tunnel Creek*”<sup>19</sup>, no New York Times, em dezembro de 2012. Composta por seis capítulos que integram texto com vídeos, fotografias, imagens de satélite e gráficos, a reportagem conta a história de uma avalanche

<sup>19</sup> A reportagem completa está disponível no site do New York Times: <https://www.nytimes.com/projects/2012/snow-fall/index.html#/?part=tunnel-creek>



shington, nos Estados U

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br



Figura 2 – Capa da reportagem "Snow Fall: The Avalanche at Tunnel Creek"

Fonte: The New York Times

No Brasil, em 2013, a Folha de S. Paulo lançou a reportagem “A Batalha de Belo Monte”<sup>20</sup>, que também representa esse ponto de virada. Com cinco capítulos que misturam vídeos, fotos e infográficos, a reportagem conta a história da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na bacia do Rio Xingu, próximo ao município de Altamira, no sudoeste do estado do Pará, destacando o impacto da obra no meio ambiente e nas populações de indígenas, ribeirinhos e habitantes da região.



<sup>20</sup> A reportagem completa está disponível no site da Folha de S. Paulo:

<https://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>



**PUC  
GOIÁS**

ia de Belo Monte"

lução dos formatos notici  
n quatro fases distintas c  
ados, além de característi

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**

Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodir@pucgoias.edu.br

forma, a autora realiza uma diferenciação entre os especiais multimídia e a grande reportagem multimídia, considerando que o segundo carrega as características do impresso renovadas no ambiente digital.

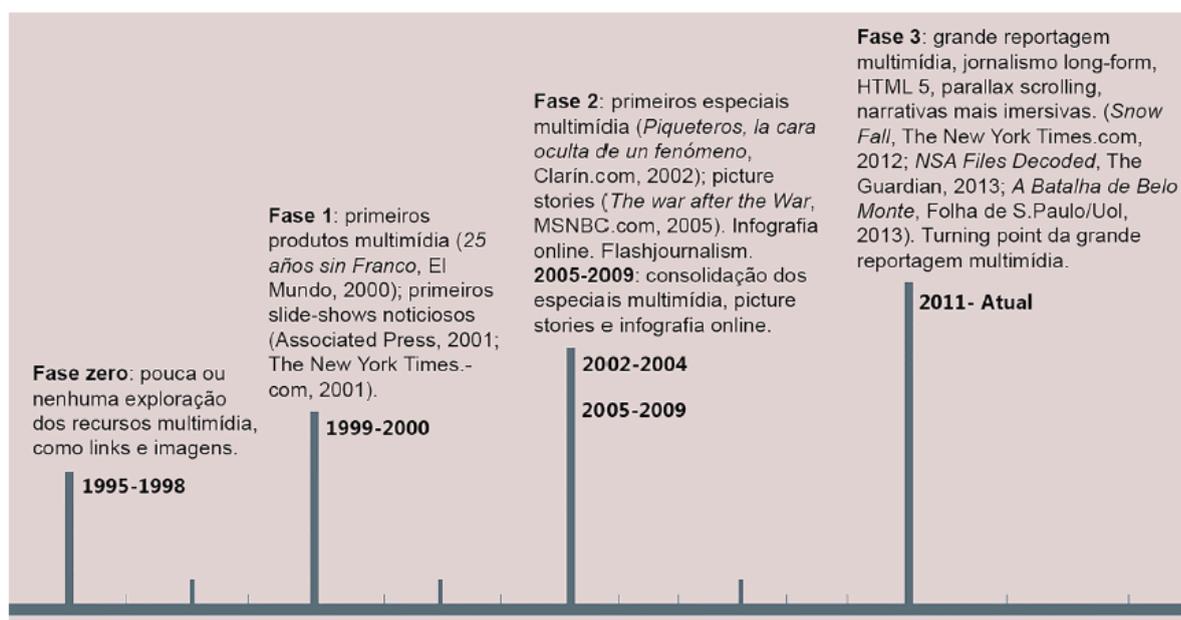


Figura 4 – Linha do tempo da evolução dos formatos noticiosos hipermediáticos  
Fonte: Longhi (2014)

As reportagens supracitadas demonstram a existência de características específicas do gênero. Baccin (2017) destaca que as reportagens *longform* aproveitam as potencialidades do meio digital e se reconfiguram como um produto com características próprias. A autora aponta ainda que essas narrativas são sustentadas por aspectos essenciais do webjornalismo.

A estruturação dessas narrativas analisadas é sustentada por algumas características que permitem que outras existam. Essas características essenciais são: a base de dados, a hipertextualidade, a multimedialidade e a interatividade. São essas quatro características qualitativas detectadas que garantem o caráter hipermedia da narrativa (BACCIN, 2017, p. 97).



**PUC  
GOIÁS**

... inserção de conteúdos  
... mento da narrativa, a co  
leitor. Com isso, a report  
... linguagem própria dentro

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

## 8.1 Características da reportagem longform

Conforme Longhi (2014, p. 911), as reportagens *longform* consistem em matérias extensas e detalhadas, com mais de 4.000 palavras, chegando até entre 10 e 20 mil palavras em grandes reportagens. Desse modo, o formato possibilita uma cobertura mais aprofundada e elaborada, oferecendo ao leitor uma experiência de imersão ampliada no tema abordado. As ferramentas disponibilizadas pelo meio digital expandem as oportunidades de integração de elementos multimídia e de interação com o público.

De maneira estruturada, Baccin (2017) descreve que as narrativas hipermídias *longform* possuem especificidades relacionadas à dimensão, aos recursos técnicos e aos elementos de qualidade. A autora ressalta que essas narrativas são complexas e demandam a articulação de diversos componentes para assegurar uma leitura fluida e envolvente ao leitor (RUE, 2013 apud BACCIN, 2017, p. 97).

Quanto à dimensão	Quanto aos recursos técnicos	Quanto aos elementos de qualidade
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Narrativa longa;</li> <li>● Período de produção estendido;</li> <li>● Exigência de longo tempo de leitura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Design responsivo;</li> <li>● Predominância da verticalização/paralaxe;</li> <li>● Utilização do efeito “cortina”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Aprofundamento do tema;</li> <li>● Contextualização/memória;</li> <li>● Imersão;</li> <li>● Uso de base de dados;</li> <li>● Humanização da narrativa;</li> <li>● Hipertextualidade;</li> <li>● Multimídia;</li> <li>● Interatividade.</li> </ul>

Figura 4 – Esquematização de Baccin (2017) das características da *longform*

Fonte: Elaboração própria



bordagem e oferecer uma  
e em entrevistas, dados e

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

buscam proporcionar uma experiência informativa e reflexiva ao público. Ao todo, foram entrevistadas dez fontes, selecionadas visando garantir diversidade de olhares e vivências. Entre elas, estão profissionais que desenvolvem trabalhos voltados à maternidade solo e mulheres que vivenciam essa realidade. A composição final do produto conta com quatro reportagens e quatro entrevistas, nas quais se evidenciam, de maneira mais íntima, as histórias de algumas mães solo entrevistadas.

O jornalismo literário foi um método que orientou toda a produção. Isso se reflete, sobretudo, no esforço em construir uma narrativa humanizada, empática e comprometida com a escuta das entrevistadas, considerando que se trata da vida de mulheres reais, marcadas por desafios e singularidades. Tal abordagem é perceptível nas entrevistas, nas quais recursos narrativos foram utilizados para conferir maior profundidade às experiências relatadas. O cuidado com a linguagem, o tom afetuoso e a escolha por valorizar, além das dificuldades enfrentadas, também os vínculos de afeto entre mães e filhos, reforçam o compromisso com uma representação ética e respeitosa dessas histórias.

Além do conteúdo textual, a longform conta com uma série de infográficos produzidos com o objetivo de facilitar a visualização e a compreensão dos dados abordados. Esses materiais, desenvolvidos nas plataformas Visme e Flourish, cumprem funções informativas, explicativas e contextualizadoras, dialogando com os temas explorados nas reportagens e ampliando o entendimento do público sobre a realidade das mães solo no Brasil.

A estrutura da *longform* incorpora elementos do jornalismo digital, como a interatividade, a hipertextualidade e a multimídia. A interatividade aparece no mural aberto a comentários do público, que permite aos leitores compartilhar mensagens, ampliando o diálogo e a construção coletiva de sentido. A hipertextualidade é explorada por meio de links que conectam o leitor a conteúdos complementares, como legislações, reportagens de apoio e dados oficiais, permitindo uma navegação não linear e enriquecedora. Já a multimídia



**PUC  
GOIÁS**

de diferentes formatos,  
e potencializam a compr

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

	<b>TÍTULO</b>	<b>TEMA</b>	<b>RECURSOS</b>
	Mães solo no Brasil	Reportagem	Textos introdutórios da longform que apresentam a temática e mostram, com dados, quem são as mães solo brasileiras.
	Entre a mãe, a culpa e o eu	Reportagem	A reportagem aborda os sentimentos de culpa enfrentados por mães solo e o impacto da idealização da família tradicional. Também discute a importância do autocuidado e da rede de apoio.
	Das leis às lacunas	Reportagem	Explora as políticas públicas e o suporte jurídico voltado às mães solo no Brasil, destacando as principais dificuldades



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

		enfrentadas grupo e os legislativos ainda necessários.	
O capital invisível investido na maternidade	Reportagem	Aborda a tese jurídica do capital invisível investido na maternidade, que discute a invisibilização do trabalho de cuidado materno.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hiperlinks</li> <li>• Áudios</li> <li>• Infográfico</li> </ul>
Além do maternar	Entrevista ping pong	Aborda maternidade solo, autismo e os desafios para conciliar maternidade, estudos e carreira.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagens</li> <li>• Hiperlinks</li> </ul>
Mãe em movimento	Entrevista perfil	Aborda a maternidade solo, a carreira da Camila como artista independente, desafios e a relação dela com o filho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagens</li> <li>• Vídeos</li> <li>• Hiperlinks</li> </ul>
Mãe solo por escolha	Entrevista perfil	Aborda a maternidade solo por escolha e mostra a	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagens</li> <li>• Áudios</li> <li>• Infográfico</li> </ul>



			história d mulher qu pela Ferti Vitro (FI realizar o sonho de ser mãe.	<b>PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS</b> <b>PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b> Av. Universitária, 1069   Setor Universitário Caixa Postal 86   CEP 74605-010 Goiânia   Goiás   Brasil Fone: (62) 3946.3081 ou 3089   Fax: (62) 3946.3080 www.pucgoias.edu.br   prodin@pucgoias.edu.br
Maternar resiliência	com	Entrevista perfil	Aborda a história de uma mulher que se tornou mãe solo de duas crianças após a morte do marido.	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Imagens</li> <li>● Vídeos</li> <li>● Hiperlink</li> </ul>

Tabela 1 – Produções da longform  
 Fonte: Elaboração própria

## 9.2 Construção do site

A plataforma Wix foi escolhida para o desenvolvimento do site. A escolha se justifica por uma série de fatores ligados à acessibilidade, à flexibilidade de design e à integração facilitada de elementos multimídia. O Wix é uma plataforma com interface intuitiva e funcionalidades que permitem um elevado grau de personalização, sem a necessidade de conhecimentos avançados em programação. Entre seus diferenciais, destaca-se a possibilidade de incorporar elementos interativos e utilizar recursos visuais como galerias, vídeos e efeitos de transição. Para uma proposta jornalística multimídia, essas ferramentas contribuem para a imersão do público, sem comprometer a legibilidade e a navegabilidade do conteúdo.

Um exemplo dessa interatividade está no mural construído no final da longform. Por meio da plataforma Padlet, foi incorporado um painel que permite aos leitores interagir diretamente com a longform sem a necessidade de fazer login na plataforma, deixando mensagens, anexando fotos, vídeos ou outros documentos, e identificando-se pelo nome. O mural funciona integrado dentro do próprio site Wix, garantindo que os usuários possam participar sem serem redirecionados para outras páginas, proporcionando uma experiência dinâmica.

A opção por um layout multipáginas está relacionada às estratégias de organização da narrativa jornalística no ambiente digital. Diferente do modelo de rolagem contínua, essa



**PUC  
GOIÁS**

ulo ocupe uma página e conteúdo. Esse formato também suais de acordo com a como um todo. Além disso

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

interativa, permitindo que o leitor personalize os conteúdos conforme seu interesse. Essa possibilidade de navegar de forma autônoma está associada à lógica da personalização, uma das características do jornalismo digital.

Recursos como áudios e vídeos também foram incorporados com o objetivo de aumentar o engajamento do leitor ao longo da leitura. Esses elementos complementam a narrativa textual e possibilitam uma imersão mais completa no conteúdo, ao trazerem diferentes linguagens e perspectivas. O uso de galerias de imagem foi pensado como uma estratégia para enriquecer a apresentação dos conteúdos visuais sem sobrecarregar o layout. A galeria permite agrupar fotografias e outros materiais gráficos de forma organizada e interativa. Assim, a escolha do Wix e a utilização estratégica de elementos dialogam diretamente com os objetivos da reportagem longform: informar, sensibilizar e aprofundar a compreensão do tema por meio de uma experiência de leitura acessível, fluida e esteticamente agradável.

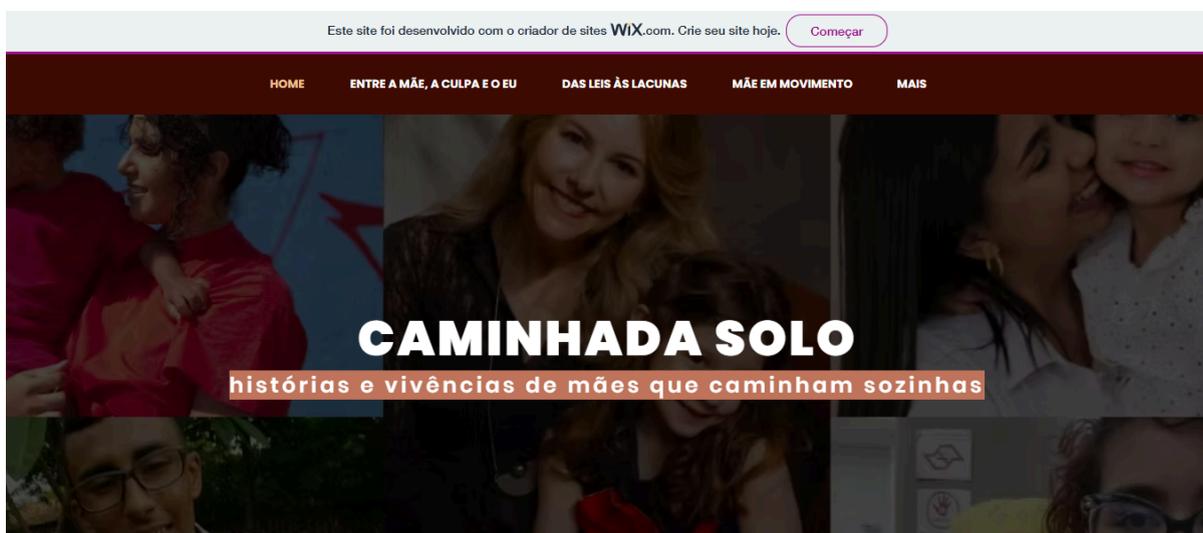


Figura 6 – Página principal do site

### 9.3 Paleta de cores

A paleta de cores é um elemento que auxilia na formação de uma identidade visual que dialogue com o tema de maneira marcante e coerente. Considerando isso, as cores Bege Claro (#F2C49B), Marrom Médio (#73482F), Terracota (#BF755A), Marrom Escuro (#400D01) e



**PUC  
GOIÁS**

adadas de maneira estratégica  
assegurar acessibilidade e  
neste site seriedade, leveza e  
de conforto que se deseja

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

Médio (#73482F) agrega seriedade ao site, uma vez que essa cor evoca conexão e firmeza, valores fundamentais para a narrativa que aborda os desafios e a resiliência das mães solo.

Por sua vez, o Terracota (#BF755A) proporciona uma sensação de aconchego. Essa cor confere um toque humano ao projeto, reforçando a conexão emocional com o público. O Marrom Escuro (#400D01) é uma cor robusta que transmite intensidade e profundidade. Sua presença reforça a seriedade do tema abordado, ao mesmo tempo em que cria contrastes visuais que valorizam os elementos principais do design.

Por fim, o Branco (#FFFFFF) garante clareza e acessibilidade ao site, proporcionando uma base que facilita a leitura e permite que as demais cores se destaquem de forma equilibrada. A combinação dessas cores foi planejada para criar uma identidade visual harmoniosa, funcional e emocionalmente significativa, reforçando os valores de acolhimento e seriedade que norteiam o trabalho. Dessa forma, a paleta contribui para oferecer uma experiência impactante aos leitores.

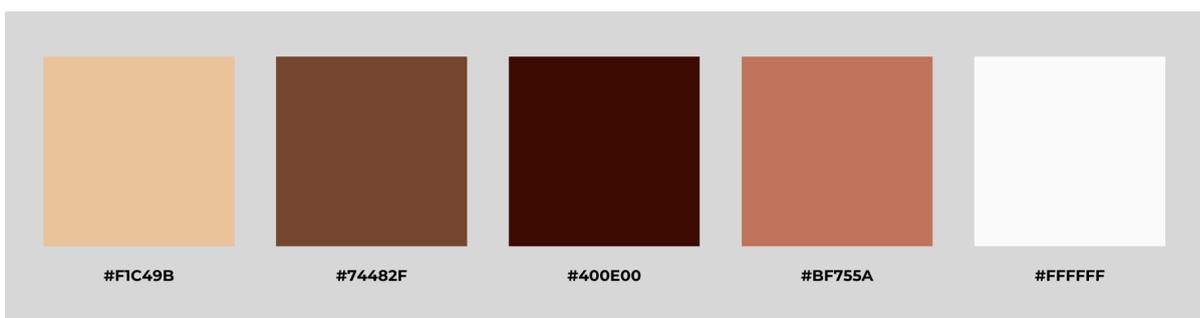


Figura 5 – Paleta de cores  
Fonte: Elaboração própria

### 9.3 Tipografia

Para ajudar a compor a identidade visual do site, optou-se pelo uso das fontes Montserrat para os textos principais e Poppins para títulos e destaques, com base em critérios de acessibilidade, legibilidade e impacto visual. A Montserrat é uma fonte sem serifa,



**PUC  
GOIÁS**

idade. Com um design  
, promovendo ainda confc

na fonte sans-serif arrend

como a Montserrat, ela tem um design limpo que favorece a legibilidade, o que a torna adequada para o uso em websites. Por ser visualmente impactante, ela foi utilizada em títulos e chamadas, com o objetivo de captar a atenção do leitor para informações relevantes, mantendo a harmonia visual do site.

Ambas as fontes possuem compatibilidade com diferentes dispositivos, garantindo uma experiência uniforme para todos os usuários. Além disso, a combinação entre Montserrat e Poppins permite estabelecer hierarquias visuais claras e dinâmicas. Assim, a escolha dessas fontes atende não apenas a aspectos técnicos e estéticos, mas também contribui para proporcionar uma leitura agradável.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br



**PUC  
GOIÁS**

*zona de conforto*". Essa fi  
la. Não sei ao certo quem  
isivo, e desde então ela t

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

jornada. Ao longo dos anos, ela fez muito sentido para mim, especialmente durante a minha trajetória no Jornalismo. Percebi que, para alcançar o extraordinário, seria preciso, antes de mais nada, sair da zona de conforto. Não uma, mas várias vezes.

Nos primeiros anos da faculdade, essa ideia se revelou de forma intensa. A cada nova aula, projeto ou atividade, era necessário desafiar a mim mesma, ir além das minhas limitações e das minhas próprias certezas. Ao longo da graduação, percebi que o Jornalismo não é apenas uma profissão que exige habilidades técnicas, mas também uma profunda sensibilidade humana. O desafio de contar histórias, de dar voz a quem muitas vezes não é ouvido, me fez refletir sobre o papel do jornalista como mediador entre o fato e o público. No TCC, a frase citada no começo fez ainda mais sentido. Foi motivada por essa perspectiva do Jornalismo que escolhi abordar a maternidade solo. A escolha do tema do meu TCC não foi um acaso acadêmico, mas uma decisão profundamente pessoal, marcada pelas vivências e pelas histórias que sempre ouvi ao meu redor.

Cresci cercada por mães solo dentro da minha família e também convivi com muitas outras ao longo da vida. Essas vivências, muitas vezes silenciadas, me marcaram de forma significativa e despertaram um olhar mais atento sobre as desigualdades e desafios enfrentados por essas mulheres. Embora eu não fosse mãe, senti que, como mulher, deveria dar voz a essas histórias, contribuir para que a realidade das mães solo fosse melhor compreendida e, acima de tudo, visibilizada. Ao escolher esse tema, sabia que estava assumindo uma responsabilidade, mas também acreditava no poder do jornalismo para provocar mudanças.

Desde o início, eu sabia que esse seria um trabalho desafiador. Além de exigir uma pesquisa criteriosa, ele envolvia lidar com questões emocionais e práticas que ultrapassam o simples ato de escrever. As dificuldades surgiram já nas etapas iniciais: fontes que não respondiam, entrevistas desmarcadas e os obstáculos naturais de conciliar as demandas da graduação com a produção do TCC. Um dos maiores desafios foi equilibrar o estágio, as exigências acadêmicas e a construção do trabalho final. Em muitos momentos, senti que o tempo não era



s responsabilidades. Durante enquanto os fins de semar culdade. Esse ritmo inte a. Houve ocasiões em que um pouco de tempo, mas, com o tempo, aprendi a estabelecer prioridades, a fazer escolhas conscientes e a reconhecer meus próprios limites. Esse exercício contínuo de conciliação me ensinou valiosas lições sobre gestão do tempo e fortaleceu ainda mais meu compromisso com o jornalismo, a profissão que escolhi trilhar.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

Havia também obstáculos mais técnicos, como o investimento em equipamentos adequados para garantir a qualidade das gravações, o que representou um grande esforço financeiro e pessoal. Mas esses desafios não me desanimaram. Pelo contrário, me impulsionaram a continuar, a buscar soluções criativas para problemas inesperados. Produzir esse trabalho foi muito mais do que pesquisar e escrever. Exigiu uma imersão emocional, já que muitas das histórias que ouvi eram de profunda carga afetiva e, muitas vezes, de dor. No entanto, essas histórias também me ensinaram sobre resiliência, amor e superação. Ao ouvir as mulheres e conhecer suas vivências, consegui não só entender suas realidades, mas também aprender a respeitar suas lutas e sentimentos. No processo, o jornalismo se mostrou como uma ferramenta poderosa de escuta, de empatia e de intervenção social. Mais do que informar, o jornalismo tem a capacidade de dar voz a quem muitas vezes é silenciado.

Um dos maiores aprendizados durante a realização desse TCC foi a integração entre teoria e prática. Durante a pesquisa teórica, encontrei, nas fontes acadêmicas e nas legislações, dados que não só sustentavam minha visão sobre o tema, mas que também me ajudaram a construir perguntas mais consistentes nas entrevistas. Assim, o trabalho foi se transformando em uma grande rede de conexões entre os dados teóricos, as histórias pessoais das entrevistadas e as reflexões que surgiam ao longo da pesquisa. Como jornalista, percebi o quanto a clareza de uma pesquisa e a boa escrita podem criar um impacto positivo, transformando dados pesados em conteúdos acessíveis e engajadores.

Durante a pesquisa, um dos maiores desafios foi a dificuldade em encontrar dados atualizados sobre a realidade das mães solo no Brasil. Atualmente, existe apenas um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 2022 que apresenta a quantidade de mães solo no Brasil, além de dados demográficos. Inclusive, esta pesquisa é utilizada como base em diversas reportagens



**PUC  
GOIÁS**

nais informações em ór  
a dificuldade de analisar  
o na área e pela necessidac  
s dados. A ausência de e

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

o conseguir embasar o trabalho com gráficos e estatísticas  
que realmente refletissem a complexidade do tema.

Construir o site para a reportagem longform foi uma etapa trabalhosa, mas igualmente recompensadora dentro da trajetória deste trabalho. Desde o início, busquei aplicar conceitos do jornalismo digital com o objetivo de criar uma experiência imersiva e acessível para o leitor. Recorri à psicologia das cores para definir uma paleta visual que comunicasse sensibilidade, seriedade e acolhimento, que são valores que condizem com o tema abordado. Além disso, organizei a disposição dos textos e a estrutura de navegação contínua com base na lógica da leitura em ambientes digitais, a fim de facilitar o entendimento e manter o interesse do público. A ideia era construir um produto que não apenas informasse, mas também proporcionasse uma experiência fluida, coerente e emocionalmente conectada com o conteúdo.

Além da construção do site, também trabalhei na edição de áudios e vídeos utilizados na reportagem. Esse processo me permitiu desenvolver minhas habilidades na área de edição, exigindo atenção aos detalhes e decisões técnicas que foram essenciais para a coerência do material. Trabalhar com essas ferramentas me ajudou a fortalecer meu conhecimento, aprimorando minha capacidade de selecionar e ajustar os trechos de forma que transmitissem, com clareza, as histórias das entrevistadas. Esse aprendizado contribuiu para meu desenvolvimento contínuo como jornalista, ampliando minha atuação no campo da comunicação multimídia.

As entrevistas representaram uma das etapas mais enriquecedoras deste trabalho. Conduzi-las com empatia e respeito foi uma das maiores lições do processo. A cada conversa, aprendi a escutar com mais presença, permitindo que as histórias seguissem seu próprio ritmo, sem interrupções ou pressa. Essa escuta atenta foi decisiva para que os relatos emergissem com autenticidade, livres de distorções ou interferências externas. O mais surpreendente foi perceber que essa habilidade, muitas vezes subestimada por parecer simples, é, na verdade, essencial para a construção de um jornalismo ético e sensível.



foram realizadas 10 entre-  
 ouíram significativamente  
 e sentimentos sobre a n  
 poderia ser reduzida a um

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
 GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
 INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

..... como um espaço de encontro e troca.

A visão proposta por Cremilda Medina (1986) foi essencial para essa compreensão. Para a autora, a entrevista é um “diálogo possível”, no qual jornalista e entrevistado se colocam em uma relação horizontal, sustentada pela escuta sensível, pela empatia e pelo respeito mútuo. Essa abordagem permitiu que as mulheres entrevistadas se sentissem acolhidas e à vontade para dividir suas vivências com profundidade e liberdade.

Ao incorporar esse olhar, percebi que o valor das entrevistas não reside apenas nas informações obtidas, mas também nos gestos, nas pausas, nos silêncios e nas emoções que compõem cada narrativa. Conduzi as entrevistas com o cuidado e reconhecendo cada uma dessas mulheres como pessoas com saberes e vivências legítimos, e não apenas como fontes. Essa postura fez da entrevista uma experiência transformadora.

Entre os momentos mais delicados, destaco a entrevista com Juliana, que trouxe à tona a dor de um luto. Narrar sua história com ética, cuidado e respeito aos seus limites foi um grande desafio emocional. Ouvi-la me fez acessar, de maneira muito humana, a profundidade da perda vivida por ela e por seus filhos. Foi uma experiência que exigiu sensibilidade e maturidade.

Outro momento marcante foi a entrevista com Camila Berg, a primeira realizada de forma presencial. Essa conversa teve um impacto profundo na minha trajetória como estudante e futura jornalista. Camila compartilhou uma vivência intensa, que exigia não apenas escuta, mas presença e delicadeza. Sua postura durante a entrevista demonstrava o quanto aquele espaço de troca era significativo também para ela e isso me impactou.

Conduzir essa entrevista com segurança e respeito foi um ponto de virada. Pela primeira vez, senti que estava plenamente no meu lugar enquanto jornalista: atenta, presente e capaz de criar uma escuta significativa. Foi nesse momento que compreendi, de forma concreta, o potencial transformador da comunicação. Essa experiência reafirmou minha escolha



**PUC  
GOIÁS**

com sensibilidade e pre  
em as conta.

nando forma, percebi o  
iciliar o TCC com o tra

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

qualidade do conteúdo e o medo de não conseguir dar conta de tudo. Esse processo me levou a revisitar minha trajetória acadêmica, a refletir sobre as mudanças que ocorreram em mim desde o início do curso. Olhando para a Gabriella do passado, posso ver uma pessoa cheia de dúvidas, de medo de não ser capaz, mas que ao longo do tempo foi se fortalecendo, aprendendo a lidar com seus próprios limites e a superar obstáculos. O trabalho de conclusão de curso foi, sem dúvida, uma grande escola para mim.

Nos momentos finais, não pude deixar de sentir uma grande satisfação. O resultado final não era apenas um reflexo da minha dedicação acadêmica, mas de um processo de crescimento pessoal e profissional. Senti que, de alguma forma, as mulheres que compartilharam suas histórias comigo estavam ali, representadas de forma respeitosa, com a seriedade que o tema merecia.

Gostaria ainda de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. À minha orientadora, professora Maria Carolina Giliolli Goos, por sua orientação constante e por acreditar na importância desse tema. Aos meus familiares e amigos, pelo apoio e pela paciência durante os momentos de maior ansiedade. Às mulheres que generosamente compartilharam suas histórias e àqueles que, de alguma forma, colaboraram com minha pesquisa, fornecendo dados, conselhos e reflexões.

E, por último, faço uma reflexão para a Gabriella que começou essa trajetória. Se eu pudesse conversar com a Gabriella do passado, diria que o caminho, embora desafiador, vale a pena. Diria ainda que as dificuldades enfrentadas ao longo do trabalho foram também oportunidades de aprendizado. A Gabriella que iniciou essa jornada talvez não soubesse onde chegaria, mas a que a conclui agora reconhece com nitidez o próprio caminho e propósito.



**PUC  
GOIÁS**

ito informar e sensibiliza  
sil, valorizando suas vivê  
o e elementos audiovisuai

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**

Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

infográficos interativos, contribuiu para o cumprimento desse objetivo, ao enriquecer a narrativa e explorar os recursos oferecidos pelo jornalismo digital.

O jornalismo literário serviu como base para a construção de uma narrativa cuidadosa, que busca respeitar a complexidade das histórias contadas e aproximar o leitor das experiências individuais das entrevistadas. A atenção ao detalhe, o tom sensível e a ênfase na dimensão afetiva das relações maternas conferem profundidade ao relato, permitindo que as vivências ganhem voz de forma ética e humanizada.

No que diz respeito à estrutura da reportagem, esta explorou as potencialidades do jornalismo digital para criar uma experiência interativa e multimídia. A possibilidade de interação direta com o público por meio dos comentários amplia o engajamento, enquanto os links inseridos oferecem caminhos variados para o aprofundamento do conteúdo. A combinação de diferentes mídias contribui para uma narrativa mais dinâmica e acessível, favorecendo a compreensão e o envolvimento do leitor.

Mais do que uma prática técnica, o jornalismo se revela aqui como uma atividade intelectual e socialmente comprometida, capaz de promover escuta, empatia e denúncia. A reportagem longform, integrada às possibilidades do jornalismo digital, reafirma seu papel essencial na mediação de sentidos e na valorização da diversidade de experiências que compõem a realidade brasileira, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente.

Sem a pretensão de esgotar o tema, esta produção compartilha relatos e discussões que, ao ganharem visibilidade, podem contribuir para reflexões públicas e acadêmicas sobre as desigualdades que atravessam a maternidade no país. A reportagem *longform* construída aqui é, sobretudo, um convite à escuta e à empatia. A partir dessa escuta, o trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os desafios vivenciados por mães solo no Brasil, evidenciando a urgência de respostas mais eficazes por parte das políticas públicas.



**PUC  
GOIÁS**

icila; MENEZES, Moniqu  
nda Política, [S. l.], v. 3.  
[ufscar.br/index.php/agend](http://ufscar.br/index.php/agend)

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)

ARAÚJO, Conceição A. Serralha de. Uma abordagem teórica e clínica do ambiente a partir de Winnicott. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15641>. Acesso em: 7 dez. 2024.

ARAÚJO, Vanessa Gonçalves de. O olhar da Psicologia em relação às emoções e construção de identidade. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) - Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS, [S. l.], 2023. Disponível em: [https://sis.univs.edu.br/uploads/12/VANESSA\\_GON\\_ALVES\\_DE\\_ARA\\_JO.pdf](https://sis.univs.edu.br/uploads/12/VANESSA_GON_ALVES_DE_ARA_JO.pdf). Acesso em: 7 dez. 2024.

ARPEN BRASIL. Brasil registrou mais de 172,2 mil crianças sem nome do pai em 2023. Disponível em: <https://arpenbrasil.org.br/brasil-registrou-mais-de-1722-mil-criancas-sem-nome-do-pai-em-2023/>. Acesso em: 4 set. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. Projeto de Lei nº 899, de 2023. Dispõe sobre a proteção contra a discriminação; no trabalho para mães solo, nos órgãos e nas entidades da administração pública direta e indireta do Estado de Goiás. Disponível em: [https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/processo.aspx?id=2167052&tipo=1001&ano\\_proposicao=2023&autor=30884](https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/processo.aspx?id=2167052&tipo=1001&ano_proposicao=2023&autor=30884). Acesso em: 11 out. 2024.

BACCIN, Alciane. A narrativa longform em reportagens hiperfídia. Estudos em Jornalismo e Mídia (EJM), [s. l.], v. 14, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n1p89>. Acesso em: 15 out. 2024.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. Cadernos de Pesquisa, [s. l.], n. 136, ed. 39, p. 125-156, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/8mqpbrrwhLsFpxH8yMWW9KQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2024.

BORGES, Lize Galvão. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. Revista Direito e Sexualidade, Salvador, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872>. Acesso em: 4 set. 2024.



**PUC  
GOIÁS**

de: Efeito da rede, jornali  
dução e distribuição. I  
que marcam a diferença. (C  
Disponível em:  
[https://www.pucgoias.edu.br/prodinsite/20141204-201404\\_web](https://www.pucgoias.edu.br/prodinsite/20141204-201404_web)

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)

BRANCH, John. Snow Fall: The Avalanche at Tunnel Creek. The New York Times, New York, 20 dez. 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/projects/2012/snow-fall/>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Requerimento n. 48, de 2024. Requer, nos termos regimentais, seja declarado prejudicado, por perda de oportunidade, o Projeto de Lei nº 2.099, de 2020. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2445138&filename=Tramitacao-PL%202099/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2445138&filename=Tramitacao-PL%202099/2020). Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Código Civil de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Decreto-Lei n. 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 5 jan. 1916. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/////LEIS/L3071.htm](https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/////LEIS/L3071.htm). Acesso em: 4 set. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 set. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 66, de 13 de julho de 2010. Altera o artigo 226 da Constituição Federal de 1988 para dispor sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jul. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/////Constituicao/Emendas/Emc/emc66.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/////Constituicao/Emendas/Emc/emc66.htm). Acesso em: 4 set. 2024.

BRASIL. Lei n. 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre o Estatuto da Mulher Casada. Diário Oficial da União, Brasília, 29 ago. 1962. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14121.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm). Acesso em: 4 set. 2024.

BRASIL. Lei n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Dispõe sobre o divórcio e a dissolução da sociedade conjugal. Diário Oficial da União, Brasília, 27 dez. 1977. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16515.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16515.htm). Acesso em: 4 set. 2024.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 04 set. 2024.



**PUC  
GOIÁS**

Desenvolvimento e Assistência Social  
Ministério do Desenvolvimento  
Fome, 2023  
[assistencia-social/2023/03\\_rtilha\\_bolsa\\_familia.pdf](#)

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)

BRASIL. Projeto de Lei n. 2.099, de 2020. Institui o auxílio permanente à mulher provedora de família monoparental, no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) mensais, e dá outras providências. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1885135&filename=PL%202099/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1885135&filename=PL%202099/2020). Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei n. 2.914, de 2019. Acrescenta o artigo 54-A na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras providências. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1748121&filename=PL%202914/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1748121&filename=PL%202914/2019). Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei n. 3.717, de 2021. Institui a Lei dos Direitos da Mãe Solo. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2147095&filename=PL%203717/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2147095&filename=PL%203717/2021). Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3948, de 2023. Isenta as mães solo do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos permanentes na administração pública federal. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2380162>.

Acesso em: 10 out. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Requerimento n. 48/2024. Requer, nos termos regimentais, seja declarado prejudicado, por perda de oportunidade, o Projeto de Lei nº 2.099, de 2020. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2445138](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2445138). Acesso em: 10 out. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Projeto de Lei nº 163, de 2023. Institui o Programa de Incentivo ao Emprego para as Mães Solo no âmbito do município de Goiânia e dá outras providências. Disponível em:

[https://suap.camaragyn.go.gov.br/processo\\_eletronico/imprimir\\_processo\\_visualizacao\\_publica/6ea8b662-7866-47ea-b789-e850403d6a21/](https://suap.camaragyn.go.gov.br/processo_eletronico/imprimir_processo_visualizacao_publica/6ea8b662-7866-47ea-b789-e850403d6a21/). Acesso em: 11 out. 2024.

CANAVILHAS, João (Org.). Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: LabCom, 2014. Disponível em:



[s/20141204-201404\\_web](https://20141204-201404_web)  
**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)

alidade: Novas arquiteturas  
 características que marcam  
 3-24. Disponível

[https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404\\_webjornalismo\\_jcanavilhas.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf).

Acesso em: 24 out. 2024.

CARNEIRO, Karoline Zilah Santos. Radical chic e o novo jornalismo: influências literárias e reinvenção do jornalismo americano nos anos 1960. Anais do Evento Jornada Interdisciplinar de História e Letras, [s. l.], 2017. Disponível em: [https://www.uece.br/eventos/jihlfeclesc/anais/trabalhos\\_completos/363-42428-13112017-075554.pdf](https://www.uece.br/eventos/jihlfeclesc/anais/trabalhos_completos/363-42428-13112017-075554.pdf). Acesso em: 19 out. 2024.

CASAGRANDE, Ferdinando. Jornal da tarde: uma ousadia que reinventou a imprensa brasileira. Editora Record, 2019.

COSTA, Lívia Cunto Salles da. Jornalismo literário: história e experiências contemporâneas nos Estados Unidos e no Brasil. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/5212>. Acesso em: 19 out. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. Boletim especial 8 de março Dia da Mulher, São Paulo, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 4 set. 2024.

DINI, Aline. Mãe solo: Maternidade não é sobre estado civil. Filhos nos tornam mães; companheiros, não, diz Thaiz Leão. Em entrevista exclusiva à CRESCER. Revista Crescer, 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3nB1r93>. Acesso em: 4 set. 2024.

DUVANEL, Talita. O texto com um parafuso a mais: o jornalismo narrativo na Revista Piauí. Universidade Federal do Rio de Janeiro, [s. l.], 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/2268>. Acesso em: 19 out. 2024.

ESPANHA. Seguridad Social. Prestación de maternidad y paternidad. Disponível em: <https://www.seg-social.es/wps/portal/wss/internet/Trabajadores/PrestacionesPensionesTrabajadores/65850d68-8d06-4645-bde7-05374ee42ac7>. Acesso em: 3 out. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Saúde e Serviços Humanos. Aid to Families with Dependent Children (AFDC) e Temporary Assistance for Needy Families (TANF) overview. Disponível em:



[ependent-children-afdc-te](#)  
. 2024.

1966-1968: tempo da re  
de de São Paulo, São  
[rtagem/artigos/revistareal](#)

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)

2024.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em: 11 out. 2024.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). Código de Ética Internacional dos Jornalistas. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/02-codigo\\_de\\_etica\\_internacional\\_dos\\_jornalistas.doc](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/02-codigo_de_etica_internacional_dos_jornalistas.doc). Acesso em: 11 out. 2024.

FOLHA DE S. PAULO. A Batalha de Belo Monte. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 dez. 2013. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>. Acesso em: 20 out. 2024.

FRANÇA. Service Public. Allocation de soutien familial (ASF). Disponível em: <https://www.service-public.fr/particuliers/vosdroits/F815>. Acesso em: 3 out. 2024.

FREITAS, Danielli Xavier. Modalidades de arranjos familiares na atualidade. JusBrasil, 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/modalidades-de-arranjos-familiares-na-atualidade/143732565>. Acesso em: 7 dez. 2024.

GALANTE, Beatriz Ferreira. A hipervulnerabilidade da mãe solo: o direito civil frente à realidade brasileira de lares chefiados por mulheres em face da herança histórica da desigualdade de gênero. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/18698>. Acesso em: 29 set. 2024.

GOIÁS. Lei n. 21.321, de 22 de novembro de 2022. Institui o Sistema de Integridade Pública do Estado de Goiás e dá outras providências. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/104257/pdf>. Acesso em: 01 out. 2024.

GOIÁS. Lei nº 21.070, de 9 de agosto de 2021. Cria o Programa Mães de Goiás e dá outras providências. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/104257/lei-21070](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/104257/lei-21070). Acesso em: 10 out. 2024.



agosto de 2023. Institui a  
e dá outras pr  
[pesquisa\\_legislacao/10763](#)  
mulher, mãe e universitária

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)

coniliar a maternidade à vida acadêmica. Centro de Ciências da Saúde (CCS), Universidade Federal da Paraíba, p. 12-68, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17638>. Acesso em: 19 set. 2024.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. Pensando famílias, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, 2014. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2014000100006](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006). Acesso em: 19 set. 2024.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado: Comparando Brasil, França e Japão. Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos, [s. l.], v. 13, n. 24, p. 53-64, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

INÁCIA, Euza. Novos arranjos familiares dentro do ordenamento jurídico. Jusbrasil, 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/novos-arranjos-familiares-dentro-do-ordenamento-juridico/593076827>. Acesso em: 4 set. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. Trabalho Doméstico e de Cuidados não Remunerado. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado/apresentacao>. Acesso em: 19 set. 2024.

JACOBSON, Susan; MARINO, Jacqueline; GUTSCHE, Robert E. The digital animation of literary journalism. SageJournals, [s. l.], v. 17, n. 4, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884914568079>. Acesso em: 18 out. 2024.

JANAÍNA, Feijó. Mães solo no mercado de trabalho. Blog do Ibre, 12 maio 2023. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 4 set. 2024.

LEI N. 7.841/89. Lei nº 7841, de 17 de outubro de 1989. Revoga o art. 358 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil e altera dispositivos da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. [S. l.], 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/////LEIS/L7841.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/////LEIS/L7841.htm). Acesso em: 4 set. 2024.



**PUC  
GOIÁS**

o Morilhe; MORAIS, A  
: como chefe de família.  
, v. 3, n. 1, p.  
[dex.php/RIPPMAR/article](http://www.pucgoias.edu.br/index.php/RIPPMAR/article)  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

LIMA, Edvaldo Pereira. Jornalismo literário para iniciantes. 2010.

LIMA, Edvaldo Pereira. Jornalismo literário: o legado de ontem. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. New journalism: a reportagem como criação literária. Rio de Janeiro: A Secretaria, 2003, p. 1-96. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101399/estudos7.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

LONGHI, Raquel Ritter. O turning point da grande reportagem multimídia. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 21, n. 3, p. 897-917, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/18660>. Acesso em: 19 out. 2024.

LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kérley. O lugar do longform no jornalismo online. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. Brazilian Journalism Research, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 110-127, 2015. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/693>. Acesso em: 15 out. 2024.

LORENZ, Mirko. Personalização: Análise aos 6 graus. In: CANAVILHAS, João (Org.). Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: LabCom Books, 2014. p. 137-158. Disponível em: [https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404\\_webjornalismo\\_jcanavilhas.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf). Acesso em: 24 out. 2024.

MACHADO, Milena; VOOS, Charles Henrique. A família monoparental feminina e a necessidade de políticas públicas específicas. Monumenta - Revista De Estudos Interdisciplinares, [s. l.], v. 3, n. 6, 2022. Disponível em: <https://monumenta.emnuvens.com.br/monumenta/article/view/150>. Acesso em: 29 set. 2024.

MAGALHÃES, Márcia Alfaia Lins; NASCIMENTO, Leandro Almeida; ROCHA, Wollace Scantbelruy da. Aspectos psicossociais de mães-solo no contexto de vulnerabilidade social: identidade e enfrentamentos. Revista ft, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://revistaft.com.br/aspectos-psicossociais-de-maes-solo-em-contexto-de-vulnerabilidade-social-identidade-e-enfrentamentos/>. Acesso em: 20 set. 2024.

MIELNICZUK, Luciana. Jornalismo na Web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. Universidade Federal da Bahia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6057>. Acesso em: 18 out. 2024.



**PUC  
GOIÁS**

o. Monoparentalidade fe  
p. Tese de Doutorado  
Minas Gerais, [S.  
[1843/BUOS-AWMPLZ](https://repositorio.pucgoias.edu.br/handle/1843/BUOS-AWMPLZ).

[ARTINS, Marilza de So

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)

pede colo. Coleção Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola, São Paulo, ed. 1, 2007. Disponível em: <https://www.usp.br/neinb/wp-content/uploads/NEINB-USP-VOL-2.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2024.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. Psicologia: Ciência e Profissão, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 44-55, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/3sCV35wjck8XzbyhMWnhrzG>. Acesso em: 19 set. 2024.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Nações Unidas do Brasil, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 19 set. 2024.

PALACIOS, Marcos. Memória: Jornalismo, memória e história na era digital. In: CANAVILHAS, João (Org.). Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: LabCom Books, 2014. p. 89-110. Disponível em: [https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404\\_webjornalismo\\_jcanavilhas.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf). Acesso em: 24 out. 2024.

PAVLIK, John V. Ubiquidade: O 7.º princípio do jornalismo na era digital. In: CANAVILHAS, João (Org.). Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: LabCom Books, 2014. p. 159-184. Disponível em: [https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404\\_webjornalismo\\_jcanavilhas.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf). Acesso em: 24 out. 2024.

PENA, Conceição Aparecida Mousnier Teixeira de Guimarães. A desigualdade de gênero. Tratamento legislativo. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/54043>. Acesso em: 7 dez. 2024.

PENA, Felipe. Jornalismo literário. Editora Contexto, 2006.

PERDOMO, Nidiane Saldanha. A função social do Jornalismo no mercado de notícias. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, p. 9-62, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/125969>. Acesso em: 11 out. 2024.

PEREIRA, Fábio Henrique. Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. Universidade Fernando Pessoa, [s. l.], p. 2-18, 2004. Disponível



[-fabio-responsabilidade-jc](#)

FRANÇA, Heliane de Almeida  
depois da separação  
lei, v. 15, n. 1, p.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082020000100014](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100014).

Acesso em: 19 set. 2024.

PESSA, Bruno. To understand literary journalism and its manifestations. *Brazilian Journalism Research*, [s. l.], v. 20, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjr/a/hc5dGPfr35HhzhNhQ4BCFgc/>. Acesso em: 18 out. 2024.

PINTO, Rosa Maria Ferreira. et.al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 105, p. 167-179, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/WTL3xcZ4gctQxh3tfCTszMq/>. Acesso em: 20 set. 2024.

PRIMEIRA SEMANA DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, 2022. *Anais da Primeira Semana de Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia [...]*. [S. l.: s. n.], 2022. 265 p. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Marcus-Vinicius-De-Oliveira/publication/364317005\\_A\\_nais\\_da\\_Primeira\\_Semana\\_de\\_Direitos\\_Humanos\\_da\\_Universidade\\_Federal\\_de\\_Rondonia/links/6346ee1a76e39959d6baa18b/Anais-da-Primeira-Semana-de-Direitos-Humanos-da-Unive rsidade-Federal-de-Rondonia.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Marcus-Vinicius-De-Oliveira/publication/364317005_A_nais_da_Primeira_Semana_de_Direitos_Humanos_da_Universidade_Federal_de_Rondonia/links/6346ee1a76e39959d6baa18b/Anais-da-Primeira-Semana-de-Direitos-Humanos-da-Unive rsidade-Federal-de-Rondonia.pdf). Acesso em: 4 set. 2024.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Apoio social e experiência da maternidade. *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum.*, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 85-96, 2006. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822006000100009](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000100009). Acesso em: 19 set. 2024.

ROLIM, Julianne Milenna Padilha; OLIVEIRA, Lídyá Carlyne Freitas de; PEREIRA, Luana Raquel da Silva. A eficácia do dispositivo materno: possíveis influências da romantização da maternidade na saúde mental de mães-solo na cidade de Arcoverde-PE. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, [s. l.], v. 2, n. 6, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/451>. Acesso em: 20 set. 2024.

ROST, Alejandro. Interatividade: Definições, estudos e tendências. In: CANAVILHAS, João (Org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: LabCom Books, 2014. p. 53-88. Disponível em: [https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404\\_webjornalismo\\_jcanavilhas.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf). Acesso em: 24 out. 2024.



dialidade: Informar para c  
 aracterísticas que marca  
 p. 25-52.  
[https://20141204-201404\\_web](https://20141204-201404_web)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
 GOIÁS  
 PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
 INSTITUCIONAL  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)

SANTOS, Jonabio Barbosa dos; SANTOS, Morgana Sales da Costa. Família monoparental brasileira. *Revista Jurídica*, [s. l.], v. 10, ed. 92, p. 1-30, out./2008 a jan./2009, 2008. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/209>. Acesso em: 4 set. 2024.

SANTOS, Laura Mendes Toledo Dal'Ava dos. Repercussões da maternidade solitária na insegurança alimentar domiciliar, na saúde mental e na qualidade de vida entre mulheres em situação de pobreza. *Faculdade de Ciências da Saúde (FS)*, [s. l.], 2020. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/40908>. Acesso em: 20 set. 2024.

SOUSA, Neima Katlen Beretza de; PINTO, Luciane Lima Costa e Silva. A dignidade da mãe solo na legalidade. In: ANAIS DA PRIMEIRA SEMANA DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, 1., 2022, Porto Velho. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2022. p. 43-64. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Marcus-Vinicius-De-Oliveira/publication/364317005\\_A\\_nais\\_da\\_Primeira\\_Semana\\_de\\_Direitos\\_Humanos\\_da\\_Universidade\\_Federal\\_de\\_Rondonia/links/6346ee1a76e39959d6baa18b/Anais-da-Primeira-Semana-de-Direitos-Humanos-da-Unive rsidade-Federal-de-Rondonia.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Marcus-Vinicius-De-Oliveira/publication/364317005_A_nais_da_Primeira_Semana_de_Direitos_Humanos_da_Universidade_Federal_de_Rondonia/links/6346ee1a76e39959d6baa18b/Anais-da-Primeira-Semana-de-Direitos-Humanos-da-Unive rsidade-Federal-de-Rondonia.pdf). Acesso em: 4 set. 2024.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Dossiê Sociedade e Políticas Públicas*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-44, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2024.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005. 224 p.

WEISE, Angélica Fabiane. Para compreender o jornalismo literário. *Observatório da Imprensa*, [S. l.], n. 730, 22 jan. 2013. Disponível em: [https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/\\_ed730\\_para\\_compreender\\_o\\_jornalismo\\_literario/](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/_ed730_para_compreender_o_jornalismo_literario/). Acesso em: 11 out. 2024.



**PUC  
GOIÁS**

**APÊNDICES**  
**REPORTAGEM SOBRE**  
**DIREITOS DAS MÃES SO**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

A pauta tem como objetivo esclarecer os direitos legais das mães solo no Brasil, abordando questões como o processo de reconhecimento de paternidade, guarda unilateral e compartilhada, regulamentação de visitas, pensão alimentícia e alienação parental. Além de informar sobre os caminhos legais disponíveis, a pauta também busca desmistificar crenças equivocadas, mostrar os desafios enfrentados no acesso à Justiça e evidenciar a sobrecarga emocional, financeira e social vivida por essas mulheres, muitas vezes negligenciada pelo poder público e pela sociedade.

## FONTES

**Ariane Campos | Advogada de Família**

[Instagram](#)

**Fernanda Martucelli | Advogada de Direitos da Mulher e Especialista em processos de guarda e convivência**

[Instagram](#)

**Ana Lúcia Dias | Advogada no Direito das Mulheres e Mães e autora da tese jurídica sobre o capital invisível investido na maternidade**

[Instagram](#)

## SUGESTÕES DE PERGUNTAS

- Na sua opinião, como o ordenamento jurídico brasileiro aborda as necessidades e os direitos das mães solo atualmente?
- Quais são as principais dificuldades enfrentadas por mães solo no Brasil atualmente?
- Como fatores como raça, classe social e escolaridade influenciam os desafios enfrentados por mães solo no Brasil?
- Como os processos relacionados à alienação parental impactam as mães solo?
- Quais são os principais entraves no cumprimento de decisões sobre pensão alimentícia?
- Além de alienação parental e pensão, quais outras questões jurídicas são comuns na realidade das mães solo?
- Você acredita que as políticas públicas já existentes têm impacto positivo ou negativo na vida das mães solo? Por quê?
- Quais são as principais lacunas que você identifica na legislação atual em relação às mães solo?



**PUC  
GOIÁS**

os passos para começar a

s devem ser priorizadas p:  
(Trabalho, saúde, educação)

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

## **APENDICE B – PAUTA DA REPORTAGEM SOBRE SAÚDE MENTAL, REDE DE APOIO E AUTOCUIDADO**

### **OBJETIVO**

A pauta tem como objetivo abordar a sobrecarga física e emocional enfrentada por mães solo brasileiras, destacando os impactos da idealização da maternidade e da ausência de rede de apoio sobre a saúde mental dessas mulheres. A partir do relato de especialistas e experiências pessoais, a reportagem busca discutir a cultura da culpa materna, o burnout materno e a importância de construir uma rede de acolhimento e suporte para garantir o bem-estar de quem materna sozinha.

### **FONTES**

**Rebeca Vieira | Psicóloga Clínica, Pós-graduada em Psicologia Perinatal e da Parentalidade e Mãe solo**

[Instagram](#)

**Ana Paula Devitte Fontes | Psicóloga e Especialista em Psicologia Perinatal**

[Instagram](#)

**Letícia Assis | Psicóloga que tem um projeto para mães solo**

[Site](#)

### **SUGESTÕES DE PERGUNTAS**

- Os transtornos mentais geralmente são multifatoriais. Até que ponto a maternidade solo pode influenciar a saúde mental dessas mulheres?
- Quais são os fatores de risco mais comuns que você observa em mães solo em relação à saúde mental?
- Quais sinais de alerta essas mães devem estar atentas?
- A dupla jornada de trabalho, que abrange tanto o trabalho fora de casa quanto às responsabilidades domésticas e de cuidado, é comum entre mães solo. Quais são os principais impactos dessa sobrecarga de tarefas na saúde mental dessas mulheres?
- Como a carga mental de cuidar dos filhos sozinha afeta a autoestima e a autopercepção dessas mulheres?
- Como a cobrança social sobre a “mãe ideal e perfeita” influencia o bem-estar psicológico das mães solo?
- Muitas mães solo enfrentam rotinas corridas e não contam com recursos para facilitar a maternidade, como apoio familiar, escolas integrais ou um trabalho flexível. Como elas podem cuidar da saúde mental nessas situações?



**PUC  
GOIÁS**

---

que dificultam o acesso  
um passo fundamental par  
cê recomendaria para que  
tal e emocional para as mi

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**

Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
[www.pucgoias.edu.br](http://www.pucgoias.edu.br) | [prodin@pucgoias.edu.br](mailto:prodin@pucgoias.edu.br)

---



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

## RESOLUÇÃO n° 038/2020 – CEPE

### Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante GABRIELLA SERRANO BELTRÃO do Curso de Jornalismo, matrícula 2021.2 0127.0021-0, telefone (62) 99102-3094 e-mail [gabriellaserranob@gmail.com](mailto:gabriellaserranob@gmail.com), na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado, LONGFORM: CAMINHADA SOLO: HISTÓRIAS E VIVÊNCIAS DE MÃES QUE CAMINHAM SOZINHAS gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 9 de junho de 2025.

Assinatura do(s) autor(es): 

Nome completo do autor: Gabriella Serrano Beltrão

Assinatura do professora-orientadora: 

Nome completo da professora-orientadora: Maria Carolina Giliolli Goos